

RELATÓRIO E CONTAS

2020



«Se tens de lidar com água, consulta primeiro a experiência, depois a razão»

Leonardo Da Vinci



Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	6
GOVERNO DA SOCIEDADE.....	13
ÓRGÃOS SOCIAIS	13
I – INTRODUÇÃO.....	16
II - ÁREAS DE ATIVIDADE	16
III - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	30
1 - ATIVO.....	30
2 - PASSIVO	33
3 - CAPITAL PRÓPRIO.....	34
4 - RENDIMENTOS	34
5 - GASTOS	38
6 - RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	39
7 - RÁCIOS E INDICADORES	40
V - OUTROS DADOS	45
VI - OBJETIVOS PARA 2021.....	55
VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS	57
VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	58
IX - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	59



Índice de gráficos

GRÁFICO 1 VOLUMES DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO (M ³).....	17
GRÁFICO 2 VOLUMES POR TIPO DE ORIGEM DE ÁGUA (M ³).....	18
GRÁFICO 3 CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA	19
GRÁFICO 4 RAMAIS DE ÁGUA E SANEAMENTO EXECUTADOS	22
GRÁFICO 5 TUBAGEM APLICADA	22
GRÁFICO 6 INTERVENÇÕES DO PIQUETE	23
GRÁFICO 7 SETOR DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS, INDUSTRIAIS E PLUVIAIS	24
GRÁFICO 8 TARIFA POR M ³	25
GRÁFICO 9 VOLUME CONTRATADO	25
GRÁFICO 11 VOLUME DE ÁGUA FATURADA	26
GRÁFICO 10 CUSTO DA CONCESSÃO	26
GRÁFICO 12 EVOLUÇÃO DAS QUANTIDADES RECOLHIDAS SELETIVAMENTE.....	28
GRÁFICO 13 PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DO SETOR PARQUES E JARDINS	29
GRÁFICO 14 GASTOS DIRETOS ANUAIS SETOR PARQUES E JARDINS	29
GRÁFICO 15 INVESTIMENTOS	31
GRÁFICO 16 TOTAL DOS RENDIMENTOS.....	37
GRÁFICO 17 EVOLUÇÃO DA FATURAÇÃO (€)	42
GRÁFICO 18 EVOLUÇÃO DO Nº DE CONSUMIDORES.....	44
GRÁFICO 19 DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE CLIENTE.....	44
GRÁFICO 20 Nº DE AUTOS.....	50
GRÁFICO 21 VALORES TOTAL DAS CONTRAORDENAÇÕES.....	51
GRÁFICO 22 VALOR DOS CONCURSOS.....	52
GRÁFICO 23 CONSUMO DE COMBUSTÍVEL POR SETOR (LITROS)	53
GRÁFICO 24 EVOLUÇÃO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	96

Índice de tabelas

TABELA 1 EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM A DEPOSIÇÃO DE RU'S.....	27
TABELA 2 INVESTIMENTO REALIZADO.....	30
TABELA 3 INVESTIMENTOS.....	31
TABELA 4 ORIGEM DOS RENDIMENTOS.....	36
TABELA 5 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS	36
TABELA 6 ORIGEM DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	37
TABELA 7 ORIGEM DOS GASTOS.....	38
TABELA 8 EVOLUÇÃO DOS GASTOS.....	38
TABELA 9 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	39
TABELA 10 RÁCIOS E INDICADORES – I	40
TABELA 11 RÁCIOS E INDICADORES - II	40
TABELA 12 EVOLUÇÃO DE CLIENTES.....	41
TABELA 13 ESTRUTURA DO TIPO DE CONSUMIDORES / FATURAÇÃO DE ÁGUA 2020.....	41
TABELA 14 EVOLUÇÃO DA ÁGUA CONSUMIDA EM M ³	41
TABELA 15 NÚMERO E CONSUMO POR TIPO DE CLIENTE.....	42
TABELA 16 FATURAÇÃO ÁGUA € - 2020	43
TABELA 17 CONSUMOS FATURADOS POR TIPO DE CLIENTES.....	43
TABELA 18 EVOLUÇÃO RECURSOS HUMANOS.....	45
TABELA 19 Nº TOTAL DE TRABALHADORES POR GÉNERO E VÍNCULO	46
TABELA 20 Nº TOTAL DE TRABALHADORES POR GÉNERO E FAIXA ETÁRIA	47
TABELA 21 Nº TRABALHADORES PELA ANTIGUIDADE E GÉNERO	48



TABELA 22 ACIDENTES DE TRABALHO.....	49
TABELA 23 EVOLUÇÃO DO Nº DE HORAS EXTRA	49
TABELA 24 EVOLUÇÃO DAS CONTRAORDENAÇÕES	50
TABELA 25 EVOLUÇÃO DOS CONCURSOS	51
TABELA 26 EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM VIATURAS.....	52
TABELA 27 CUSTOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA.....	53
TABELA 28 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR SETOR.....	54
TABELA 29 VIDA ÚTIL ATIVOS TANGÍVEIS	71
TABELA 30 VIDA ÚTIL ATIVOS INTANGÍVEIS	72
TABELA 31 FLUXOS DE CAIXA	79
TABELA 32 ACIONISTAS	80
TABELA 33 PARTES RELACIONADAS.....	81
TABELA 34 INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	82
TABELA 35 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	83
TABELA 36 DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE.....	84
TABELA 37 ATIVOS INTANGÍVEIS.....	85
TABELA 38 AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE	85
TABELA 39 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	88
TABELA 40 INVENTÁRIOS.....	88
TABELA 41 CMVMC	89
TABELA 42 PERDAS POR IMPARIDADE	89
TABELA 43 CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	90
TABELA 44 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER.....	90
TABELA 45 DIFERIMENTOS ATIVOS	91
TABELA 46 PROVISÕES	92
TABELA 47 FORNECEDORES.....	92
TABELA 48 FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	93
TABELA 49 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR.....	94
TABELA 50 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	94
TABELA 51 DIFERIMENTOS PASSIVOS.....	95
TABELA 52 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	95
TABELA 53 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR SETOR DE ATIVIDADE.....	96
TABELA 54 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	97
TABELA 55 GASTOS COM O PESSOAL.....	97
TABELA 56 Nº MÉDIO DE COLABORADORES	98
TABELA 57 Nº MÉDIO DE PESSOAS / HORAS TRABALHADAS	98
TABELA 58 DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	98
TABELA 59 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	99
TABELA 60 OUTROS GASTOS E PERDAS	99
TABELA 61 GASTOS DE FINANCIAMENTO.....	100
TABELA 62 JUROS OBTIDOS.....	100
TABELA 63 SUBSÍDIOS.....	101
TABELA 64 GARANTIAS.....	101

Mensagem do Conselho de Administração

A ADC – Águas da Covilhã, E.M., empresa local municipal de capitais maioritariamente públicos, tem seguido uma política de gestão direccionada para a melhoria da qualidade dos serviços públicos que presta, focando-se principalmente na otimização dos seus procedimentos internos ao nível das áreas Core Business: abastecimento de água; recolha de resíduos e limpeza urbana; recolha e tratamento de águas residuais; e manutenção de parques e jardins.

O ano de 2020 ficou marcado pelo aparecimento do vírus SARS-COV-2. A doença causada pelo vírus, a COVID-19, foi classificada pela organização Mundial de Saúde como pandemia.

A COVID-19 obrigou o mundo a alterar os seus hábitos e está a ter impactos sociais, económicos, regulatórios e de saúde pública.

A atual situação de crise a nível global com a pandemia da COVID-19 incorpora riscos significativos para a economia e sociedade, mantendo-se um nível de incerteza sobre a duração da crise epidémica e os impactos de longo prazo que daí resultarão.

Na sequência da Orientação nº 006/2020, de 26/02/2020, da Direção Geral de Saúde e do Despacho nº 2836-A/2020, de 02/03/2020, o Conselho de Administração aprovou no dia 10/03/2020 o Plano de Contingência da ADC – Águas da Covilhã, EM, com o objetivo de preparar resposta operacional para minimizar as condições de propagação da pandemia e manter em funcionamento os serviços essenciais.

No dia 18/03/2020, através do Decreto-Lei nº 14-A/2020, foi declarado o Estado de Emergência em Portugal e nesse contexto foram aprovados um conjunto de diplomas que estabeleciam medidas de proteção de consumidores e de continuidade das atividades de serviços essenciais.

Na sequência daquele diploma, o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, emite o Despacho nº 28/2020, de 20/03/2020, ratificado em reunião de Câmara, que determina medidas excecionais e temporárias, aplicáveis quer às entidades singulares, quer ao setor empresarial do Concelho da Covilhã, nomeadamente:

A) Medidas de carácter geral

-  **Suspensão dos processos de Execuções Fiscais;**



- Suspensão dos processos de Contraordenações;
- Suspensão da taxa de encargos de cobrança por atrasos no pagamento;
- Suspensão da aplicação de juros de mora, por atrasos no pagamento;

B) Medidas de apoio às famílias

- Alargamento dos prazos de pagamento das faturas emitidas nos meses de março e abril;
- Aplicação de um desconto de 50% sobre o valor das faturas das pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviços de água e que se encontrem em situação de carência económica, de acordo com as seguintes regras;

- Aos agregados familiares que comprovadamente tenham uma redução de rendimentos motivados pela necessidade de apoio domiciliário a ascendentes e descendentes;

- Aos agregados familiares que comprovadamente tenham uma redução de rendimentos motivada pela colocação em layoff;

- O desconto é aplicável em todas as tarifas fixas e variáveis, até ao montante máximo de 10 euros, com base na respetiva leitura.

C) Medidas de apoio às empresas:

- Relativamente às obrigações de pagamento no mês de abril, as empresas e os trabalhadores independentes poderão fazer o pagamento de forma fracionada e sem encargos acrescidos. Esta flexibilização permite que à data de vencimento da fatura, a mesma possa ser regularizada de uma das seguintes formas:

- Para as empresas com volume de negócios até 10 milhões de euros, ou início de atividade após 1 de janeiro de 2020:

* Pelos termos habituais;

* Através do pagamento fracionado em três prestações mensais, sem juros;

* Através do pagamento fracionado em seis prestações mensais sem juros de mora aplicáveis às três primeiras prestações.

- As restantes empresas (com volume de negócios superior a 10 milhões de euros) podem requerer a mesma flexibilização no pagamento caso tenham verificado uma diminuição do volume de negócios de, pelo menos, 20% na média dos três meses anteriores ao mês em que exista esta obrigação, face ao período homólogo do ano anterior.

Estas medidas tiveram impacto nos resultados da ADC, contudo a implementação rápida e eficaz dos planos de contingência da empresa nas suas várias unidades de negócio permitiu a continuidade dos serviços prestados à população do concelho da Covilhã, sem se registarem interrupções dos serviços.

A queda do consumo empresarial teve impacto nos consumos, sendo, no entanto, parcialmente compensada por um aumento de consumo doméstico. (ver tabela 14 deste documento).

Em 22/03/2020 foi publicado o Despacho nº 3547-A/2020, que regulamenta a declaração do estado de emergência, assegurando o funcionamento das cadeias de abastecimento de bens e dos serviços públicos essenciais, designadamente, o abastecimento de água para consumo humano, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, bem como as condições de funcionamento em que estes devem operar.

Em 10/04/2020 foi publicada a Lei nº 7/2020, que estabelece um regime excecional e transitório de não interrupção do fornecimento de serviços essenciais. É determinado que durante o estado de emergência e no mês subsequente, não é permitida a suspensão do fornecimento de serviços essenciais e que, no caso de existirem valores em dívida relativos ao fornecimento destes serviços, deve ser elaborado um plano de pagamento, por acordo entre o fornecedor e o cliente, com início no segundo mês seguinte posterior ao estado de emergência.

O Despacho nº 35-A/2020, de 16/04/2020, da Câmara Municipal da Covilhã, veio prorrogar os efeitos do Despacho nº 28/2020, até 30/06/2020.

Em 29/05/2020 foi publicada a Lei nº 18/2020, que procede à primeira alteração à Lei nº 7/2020, de 10 de abril de 2020, prorrogando os prazos das medidas de apoio às famílias até 30 de setembro de 2020.

Com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, é renovada a declaração do estado de emergência, pelo Decreto do Presidente da República nº 6-A/2021, de 26 de janeiro.

Na sequência do desenvolvimento da infeção epidemiológica por COVID-19, o Conselho de Administração da ADC atualizou o plano de contingência que inclui medidas suscetíveis de minimizar os riscos associados ao desenvolvimento da mesma ao nível de Pandemia. Considerando os desenvolvimentos recentes, existe muito incerteza sobre o desenvolvimento da situação, mas à data atual informa-se que a atividade da empresa não vai ser interrompida. No entanto, dada a incerteza, a ADC não está em condições de fornecer informação económica e financeira sobre o impacto da pandemia nos gastos e rendimentos futuros da empresa.

Importa referir que à data da elaboração do Plano de Atividades e Orçamento para 2021 não se previu qualquer estado de emergência por calamidade pública, podendo, no entanto, esta situação ter impacto nas estimativas daquele documento.

É pretensão deste órgão minimizar os riscos associados através de uma estratégia prudente de gestão dos seus recursos.

No ano de 2020 deu-se continuidade à consolidação das boas práticas de gestão focadas na satisfação dos nossos clientes e orientadas para o rigor e eficiência dos processos. Para tal, foram executadas diversas ações, das quais se destacam as seguintes:

- Investimentos de ampliação e renovação de redes de abastecimento e saneamento por todo o Concelho;
- Investimentos na renovação do parque de contadores;
- Investimentos de reabilitação e equipamentos em reservatórios;
- Execução de campanhas de deteção ativa de fugas em diversas freguesias;
- Continuação da aposta na telegestão em reservatórios e captações;
- Implementação dos Planos de Segurança da Água – PSA - projeto piloto em colaboração com a ERSAR – Entidade Reguladora de Serviços de Água e Resíduos;
- Continuidade da renovação do parque automóvel, com a aquisição de 1 veículo comercial;
- Investimento em veículos diferenciados: uma varredoura;
- Substituição do equipamento de recolha indiferenciada à superfície por equipamento semienterrado (tipo *molok*), garantindo assim uma maior condição de salubridade com a substituição dos sacos em cada recolha;
- Reforço e substituição dos equipamentos de recolha;



- **Reforço da aposta no cadastro de infraestruturas;**
- **Implementação do SIG /Gestão Operacional, que permite, através de procedimentos rápidos, aceder a histórico de ruturas, de consumos, modelação hidráulica, elaboração de balanços hídricos dinâmicos, ordens de serviço realizadas e a realizar, análise de custos e de proveitos, cálculo de indicadores de desempenho, etc. Esta ferramenta permite, igualmente, a tomada de decisões de gestão mais racionais e transversais a toda a empresa, uma vez que o sistema integra toda a informação operativa, comercial e financeira, numa única aplicação georreferenciada.**
- **Reforço de boa cobrança da dívida e diminuição do Prazo Médio de Recebimentos;**
- **Reforço das atividades de fiscalização, nomeadamente inspeção de contadores e ligações ilícitas.**

De salientar as negociações, decorridas no ano de 2019, para a formalização do Acordo de Empresa, o qual veio a ser assinado com o SINTAP no dia 20 de janeiro de 2020 e já publicado no Boletim do Trabalho e Emprego em 29/02/2020.

Este documento vai permitir a regulação das relações de trabalho, trazendo um conjunto de benefícios e a perspetiva de carreira aos trabalhadores desta empresa municipal.

A par com o Acordo de Empresa, vai ser implementado, já para o biénio 2020/2021, o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Águas da Covilhã (SIADAC).

O Conselho de Administração deu continuidade à política de qualificação dos trabalhadores em 2020, com vista ao desenvolvimento e valorização das competências de gestão, técnicas e comportamentais.

Sobre os indicadores financeiros de 2020, salienta-se o aumento do ativo em 422.971,41, do passivo em 126.831,82 € e do capital próprio em 296.139,59 €, face a 2019.

Verificou-se uma diminuição dos rendimentos em 323.458,50 € face ao ano de 2019, resultado das seguintes variações: decréscimo das vendas em 74.473,22 €; das prestações de serviços em 222.159,90; das reversões de perdas por imparidade em 38.928,35 €; outros rendimentos e ganhos em 64.478,95 e juros, dividendos e outros rendimentos menos 6.485,17 €. Os subsídios à exploração

e os trabalhos para a própria empresa registaram um aumento de 79.989,82 € e 3.077,27 €, respetivamente.

Na totalidade os gastos aumentaram 290.118,93 € face ao ano anterior. Importa referir que este acréscimo resulta, fundamentalmente, da variação registada nos seguintes gastos: gastos com pessoal, no valor de 265.454,10 € (dos quais 16.894,92 € foram subsidiados pelo IEF); gastos de depreciação e de amortizações, no montante de 5.282,26 €; provisões com mais 32,21 €; e perdas por imparidade com mais 97.992,10 €. O custo das mercadorias e matérias consumidas diminuiu 15.029,42 €; fornecimentos e serviços externos com menos 21.937,48 €; outros gastos e perdas com menos 9.658,51 € e gastos e perdas de financiamento com menos 32.016,33 €.

No ano de 2020 a água não faturada (ANF) representa 25,86% da água entrada nos sistemas. Este valor de ANF representa um aumento relativamente ao ano anterior, no qual se registou 24,6%, mas inferior ao valor de 25,97% que se registou em 2018.

De referir o cumprimento do Plano de Controlo da Qualidade da Água, cujo valor de 99,79% de análises conforme garantem a potabilidade da água que é distribuída aos nossos utentes.

O Conselho de Administração considera relevante evidenciar a seguinte situação: em 2017/11/22, a Autoridade Tributária emitiu uma liquidação adicional de IRC do período de 2016, em virtude de considerar que a empresa não tem direito a deduzir os prejuízos fiscais do ano 2009 no montante de 848.884,11 €, em virtude da revogação dos benefícios fiscais à interioridade constante do ex-artigo 43.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, revogado em 2011.

A empresa efetuou o pagamento da liquidação adicional em 04-01-2018, no valor de 182.631,36 €, e apresentou a reclamação graciosa onde conclui que deve ser anulada a liquidação n.º 2017 2310474052, pois a entidade mantém o direito à dedução dos prejuízos fiscais durante 7 anos mesmo após a revogação do benefício fiscal à interioridade, dado que o direito ao reporte foi constituído em data anterior à revogação do benefício.

A respetiva impugnação do ato tributário foi apresentada, no dia 17/07/2018, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco.

Pelas mesmas razões atrás descritas, a ADC deduziu, na declaração Modelo 22 de IRC referente ao ano de 2017, o remanescente dos prejuízos fiscais relativos a 2010. A Autoridade Tributária emitiu

duas notificações para correção da declaração de rendimentos, datadas de 09/06/2018 e 13/06/2018. Após a submissão da declaração corrigida, no dia 09/07/2018, sem a dedução dos prejuízos fiscais, foi emitida a demonstração de liquidação de IRC, tendo esta empresa pago o montante de 81.666,56 € no dia 04/09/2018.

Também este ato tributário foi objeto de impugnação judicial no dia 18/02/2020.

Considerando que a empresa tem direito à dedução dos prejuízos fiscais, e que irá receber os valores pagos, estes foram considerados a débito da rubrica Estado e Outros Entes Públicos nas datas dos pagamentos.

Finalmente, regista-se uma palavra de agradecimento aos clientes e fornecedores da empresa, e a todos os trabalhadores e trabalhadoras da ADC – Águas da Covilhã, EM pela sua competência e profissionalismo.

Aos restantes membros dos Órgãos Sociais da ADC, EM, aos Acionistas, agradecemos o espírito de permanente colaboração e apoio, constituindo um incentivo determinante na nossa gestão.

O Conselho de Administração,



José Miguel Ribeiro Oliveira

(Presidente do Conselho de Administração)



João Carlos Izidoro Marques

(Administrador Executivo)



António Carlos Lopes Garcia

(Administrador Executivo)

GOVERNO DA SOCIEDADE

A ADC – Águas da Covilhã, EM

A ADC – Águas da Covilhã, E.M., é uma empresa local municipal de capitais maioritariamente públicos, constituída em 17 de Março de 2006, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto (Lei das Empresas Municipais), com o número único 507611977 de pessoa coletiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial da Covilhã, com sede na Rua Ruy Faleiro, nº 1.1.1, 6200-194, Covilhã, que, por delegação do Município da Covilhã, faz a gestão e exploração dos serviços municipais do ambiente e que tem como atividade principal a Distribuição de Água (CAE 36002).

Em 23 de Junho de 2008, por via de uma operação de cisão, o capital social foi reduzido para 9.000.000 Euros. Nesta operação foram destacadas da empresa as infraestruturas de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e espaços verdes.

A 10 de julho de 2008, foi assinado um contrato entre o Município da Covilhã e a AGS – HIDURBE Serviços Ambientais, SA., cedendo, o Município da Covilhã à AGS – HIDURBE Serviços Ambientais, SA., 49% do capital estatutário da ADC – Águas da Covilhã, EM.

Em janeiro de 2009, foi deliberado pelo Município da Covilhã, proceder à transmissão da participação social de 51% do capital social da ADC – Águas da Covilhã, EM, na ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EEM, com capital 100% do Município da Covilhã.

Órgãos Sociais

Assembleia-Geral:

- David António Esteves Fontes Neves – Presidente da Mesa;
- Filipa Pinto Basto de Sousa Macedo Ravasco Mendes – Secretária



Conselho de Administração:

- Vítor Manuel Pinheiro Pereira – Presidente (de 01/01/2019 a 31/01/2020)
- José Miguel Ribeiro Oliveira – Vogal Executivo (de 01/01/2019 a 31/12/2019)
- António Carlos Lopes Garcia – Vogal Executivo
- José Miguel Ribeiro Oliveira – Presidente (a partir de 31/01/2020)
- João Carlos Izidoro Marques – Vogal Executivo (a partir de 31/01/2020)

Fiscal Único:

- Cruz Martins & Associada, Lda, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por João Alberto da Cruz Martins
- Sofia Salvado Martins – Fiscal único suplente

Estrutura Orgânica

O Modelo de Governação da ADC – Águas da Covilhã, EM, tem como órgão superior de gestão o Conselho de Administração, cuja atividade é apoiada por quatro gabinetes de assessoria: Secretariado da Administração; Gabinete de Qualidade e Segurança; Gabinete Jurídico e Gabinete de Marketing e Comunicação. Existem três direções – Administrativa e Financeira; Operação e Manutenção; e Comercial – que reportam diretamente ao Conselho de Administração e que superintendem nos Serviços, Setores e Equipas das respetivas áreas organizacionais.

Missão, Visão, Valores, Estratégia e Política de Qualidade

Missão

Assegurar de forma regular e contínua a sua atividade, garantido uma gestão eficaz e eficiente, focada principalmente no cliente e no meio ambiente.

Visão

Atingir padrões de excelência na qualidade dos serviços prestados e uma posição de referência nas empresas do setor das águas.



Valores

Sentido de serviço público; sustentabilidade ambiental; transparência; integridade; inovação; confiança e excelência.

Estratégia

Seguir uma política de gestão direcionada para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, focando-se principalmente no cliente e na otimização dos seus procedimentos internos ao nível das áreas de atividade, de forma a atingir padrões de excelência e uma posição de referência nas empresas do setor das águas.

Política de qualidade

Disponibilizar serviços de excelência; fortalecer a relação com os clientes; orientar, motivar e desenvolver o potencial dos trabalhadores; contribuir para a sustentabilidade e educação ambiental, através de parcerias benéficas para as partes; cumprir o disposto nos estatutos e regulamentos.



I – INTRODUÇÃO

No cumprimento do disposto na alínea d) do artigo 42º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea s), do nº 3, do artigo 1.1º dos Estatutos, o Conselho de Administração apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2020, bem como a proposta de aplicação de resultados.

O presente Relatório e Contas é, ainda, acompanhado da Certificação e Parecer do Fiscal Único.

II - ÁREAS DE ATIVIDADE

A Empresa tem como objeto exclusivo, por delegação do Município da Covilhã, nos termos da deliberação da respetiva Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2005 e nos termos do nº 1 do artigo 20º e do artigo 45º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a gestão e exploração, em regime de exclusividade, dos serviços municipais do ambiente, na área do Município da Covilhã, nomeadamente:

-  do abastecimento de água;
-  da drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais;
-  do tratamento de águas residuais urbanas;
-  da limpeza pública;
-  da recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos;
-  dos parques e jardins.

1 - O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Garantir o normal abastecimento de água para consumo humano, com fiabilidade e com a qualidade adequada, foi o principal objetivo que norteou a atividade da ADC, EM, em 2020, no que respeita ao abastecimento de água.

O abastecimento de água no concelho da Covilhã é feito através de 13 sistemas em baixa: 9 geridos pela ADC e os restantes geridos pelas respetivas Juntas de Freguesia. Cortes do Meio 1, Unhais da Serra 1 e Erada 2 sistemas (Erada e Trigais).

Os sistemas da ADC abastecem 99% da população concelhia. O maior sistema de abastecimento tem como captação principal a Albufeira da Cova do Viriato, sendo as restantes captações subterrâneas, e

fornece água a 84% dos habitantes do concelho. Os outros sistemas dependem totalmente de captações de água subterrâneas, por diversas minas, drenos, poços, furos e nascentes.

VOLUMES DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO (M3)

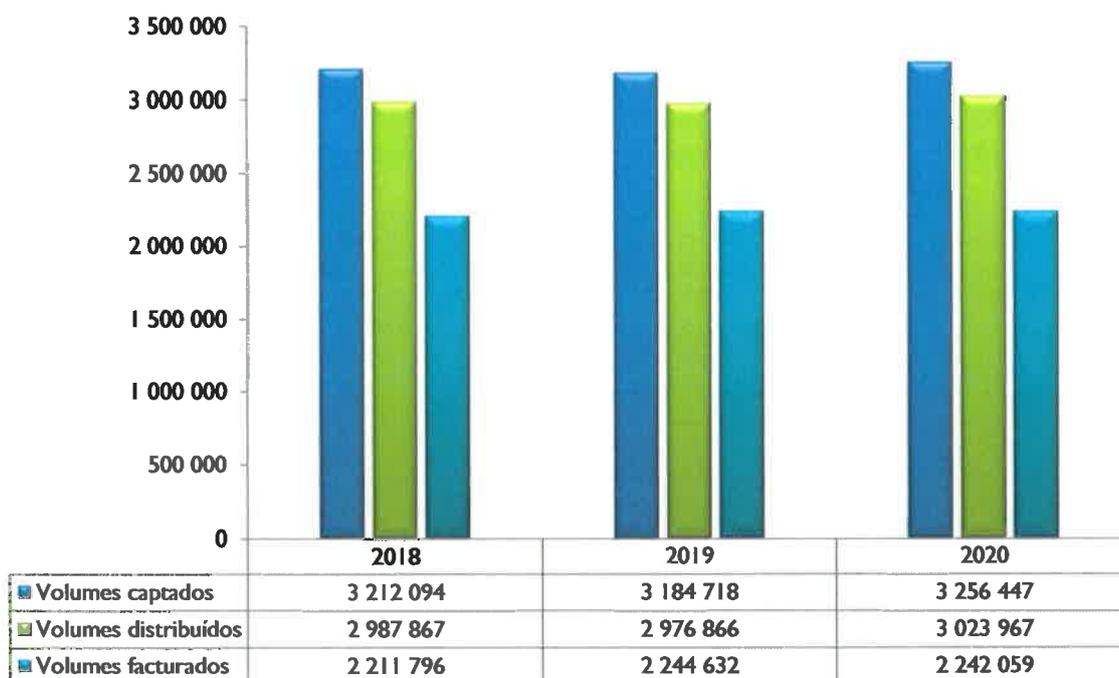


Gráfico I Volumes de água para abastecimento (m³)

VOLUMES POR TIPO DE ORIGEM DE ÁGUA (M3)



Gráfico 2 Volumes por tipo de origem de água (m3)

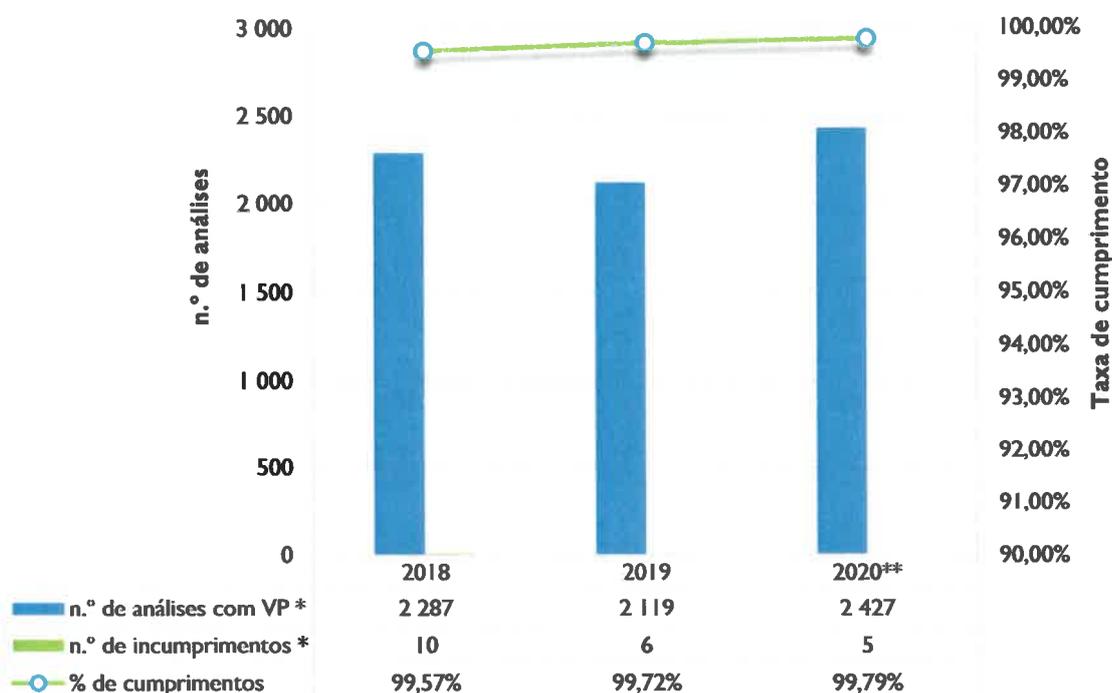
Toda a água captada para abastecimento da população é sujeita a tratamentos físico-químicos, de forma a assegurar a sua qualidade e segurança.

A regularidade do fornecimento da água é assegurada por 88 reservatórios (31 em alta e 57 em baixa), que possuem uma capacidade total de armazenamento de 40.517 m³ (19.141 m³ em alta e 21.367 m³ em baixa).

A ADC é responsável em termos de qualidade da água por 12 sistemas públicos de abastecimento de água no concelho da Covilhã que no total englobam 26 zonas de abastecimento (ZA) para as quais é elaborado, anualmente um programa de qualidade de água (PCQA) sujeito à aprovação da ERSAR.

Em relação ao cumprimento do PCQA, e à semelhança dos anos anteriores, foram executadas todas as análises previstas representando assim uma taxa de execução de 100%, sendo de 99,79% a percentagem de análises realizadas com cumprimento do valor paramétrico.

CONTROLO DE QUALIDADE DE ÁGUA - PCQA



* - Inclui os parâmetros conservativos da Alta e respectivos incumprimentos (dados de acordo com a ERSAR).

** - Valores provisórios.

Gráfico 3 Controlo da qualidade da água

No ano de 2020 a água não faturada (ANF) representa 25,86% da água entrada nos sistemas. Este valor de ANF representa um aumento relativamente ao ano anterior, no qual se registou 24,6%, mas inferior ao valor de 25,97% que se registou em 2018.

Durante o ano de 2020, foram realizadas várias campanhas ativas de deteção e reparação de roturas/fugas, nomeadamente nas localidades de Orjais, S. Jorge da Beira, Paúl, Verdelhos, Aldeia de S. Francisco de Assis, Vales do Rio, Tortosendo, Cantar Galo e em algumas ruas da Covilhã.

Foram também realizados trabalhos de remodelação e substituição de redes de distribuição de água em algumas ruas das localidades de Covilhã, Teixoso, Peraboa, Boidobra e Cambões.

Para além das dezenas de ramais substituídos no âmbito das empreitadas realizadas na substituição de redes de água, foram também substituídos por administração direta 101 ramais em diversas localidades do Concelho.

Por forma a reduzir as pressões de serviço foram instaladas válvulas redutoras de pressão em Tortosendo, Teixoso, Cantar-Galo e Covilhã. Foram também alvo de pequenas intervenções alguns reservatórios e câmaras.

Com o objetivo de aumentar a taxa de cobertura do serviço, foram realizadas ampliações da rede de distribuição no Tortosendo, Barco, Vila do Carvalho e Ferro.

A ADC, em janeiro de 2016, internalizou o serviço de controlo de qualidade da água, nas freguesias da zona norte e sul do concelho, através da contratação de 4 operadores e aquisição de viaturas. Este serviço, em conjunto com investimentos em ferramentas de controlo - Telegestão (controlo em tempo real dos níveis dos reservatório, teores cloro e pH), com a otimização dos tratamentos, com execução dos planos de desinfeção de reservatórios e manutenção das redes de distribuição, bem como com a implementação dos Planos de Segurança da Água – PSA¹, projeto piloto em colaboração com a ERSAR, que permite à ADC um reforço na garantia da qualidade da água distribuída e uma maior capacidade de intervenção nos sistemas de abastecimento de água e assumir a totalidade do controlo de qualidade da água do concelho onde a ADC é a Entidade Gestora.

Por razões de saúde pública e cumprimento do normativo legal existente sobre a obrigatoriedade de ligação às redes existentes (Decreto-Lei 194/2009, de 20 de agosto), deu-se continuidade à estratégia de angariação de novos clientes que não estão ligados, em estrita cooperação com as entidades locais, incrementando os procedimentos de fiscalização e notificação de clientes, bem como equacionando decisões de expansão de redes.

Convém salientar que através dos censos de 2011, é possível concluir que existem cerca de 7.890 potenciais clientes, havendo necessidade de retirar a este número os alojamentos vagos e as habitações devolutas, mas que através do trabalho que tem sido desenvolvido de georreferenciação dos códigos de identificação do local e atualizando o cadastro existente, será possível continuar, no

¹ "Na prática, a garantia da qualidade da água para abastecimento público tem sido baseada na deteção de indesejáveis constituintes microbiológicos, físicos, químicos e radiológicos, potencialmente perigosos para a saúde humana, através da análise de conformidade dos resultados obtidos na monitorização da qualidade da água fornecida aos consumidores com os valores paramétricos estipulados nas Normas legalmente estabelecidas. Esta abordagem tem garantido adequados padrões de qualidade da água para consumo humano, principalmente nos países industrializados, daí resultando elevados níveis de confiança dos consumidores na qualidade do serviço que lhes é prestado" Guia técnico Planos de segurança da água da ERSAR).

decorrer de 2021 (trabalho já iniciado desde 2014), a identificar as casas e as áreas onde será necessário intensificar a expansão de redes e a fiscalização.

Os objetivos delineados para 2021 são os seguintes:

- Continuar a garantir o normal abastecimento de água para consumo humano com fiabilidade, nunca descurando os critérios de qualidade e de eficiência;
- Redução de perdas de água - ao nível do abastecimento, a ADC pretende dar continuidade aos procedimentos que têm vindo a promover a redução de perdas de água no sistema, com o objetivo de baixar o atual valor de 25,86% para valores recomendados pela ERSAR;
- Para o ano de 2021, e no âmbito da candidatura ao POSEUR, está prevista a conclusão da empreitada da substituição de condutas no Bairro Municipal, e o investimento da substituição de condutas em Vale Formoso e em Sobral de S. Miguel, bem como a aquisição e instalação de caudalímetros eletromagnéticos em diversos reservatórios, de *datalogger's* e *VRP's* dinâmicas, solução de monitorização de caudais (telegestão) e equipamentos para deteção e controlo ativo de fugas;
- Realizar novas campanhas ativas de localização e deteção de fugas/roturas;
- Continuidade das obras de reabilitação e recuperação de reservatórios de água e outras instalações;
- Realizar a substituição de condutas e ramais;
- Dar continuidade à elaboração dos planos de segurança da água;
- Continuidade da renovação do parque de contadores - o atual estado do parque de contadores obrigará a que seja feito um reforço na sua substituição durante o ano de 2020 no sentido, não só de garantir a manutenção de qualidade da excelência do serviço prestado, bem como de aumentar os indicadores de desempenho associados ao sector de abastecimento de águas;
- Dar continuidade à implementação dos sistemas SIG e de gestão de Ordens e Serviço, de acordo com a recomendação, já proposta, pela ERSAR.

RAMAIS NOVOS DE ÁGUA E SANEAMENTO EXECUTADOS

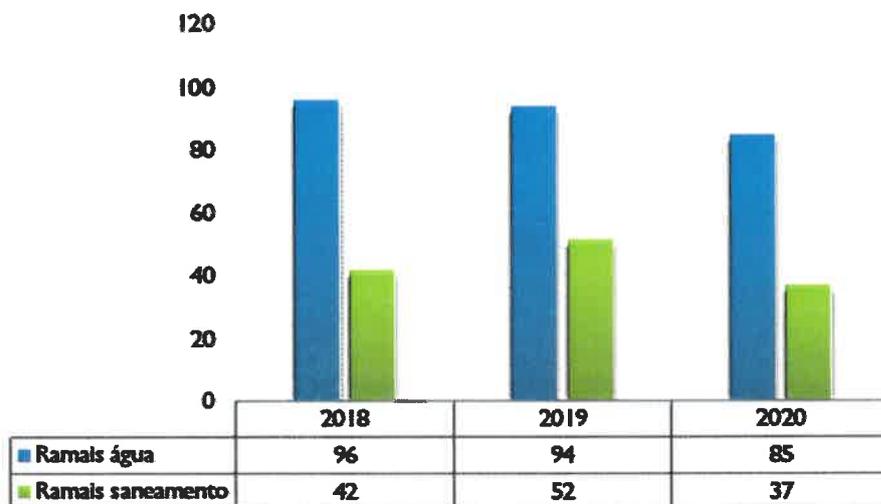


Gráfico 4 Ramais de água e saneamento executados

Para além dos ramais substituídos no âmbito das empreitadas realizadas na substituição de redes de água, foram também substituídos por administração direta 101 ramais em diversas localidades do Concelho.

TUBAGEM APLICADA (AMPLIAÇÕES, SUBSTITUIÇÕES E REPARAÇÕES)

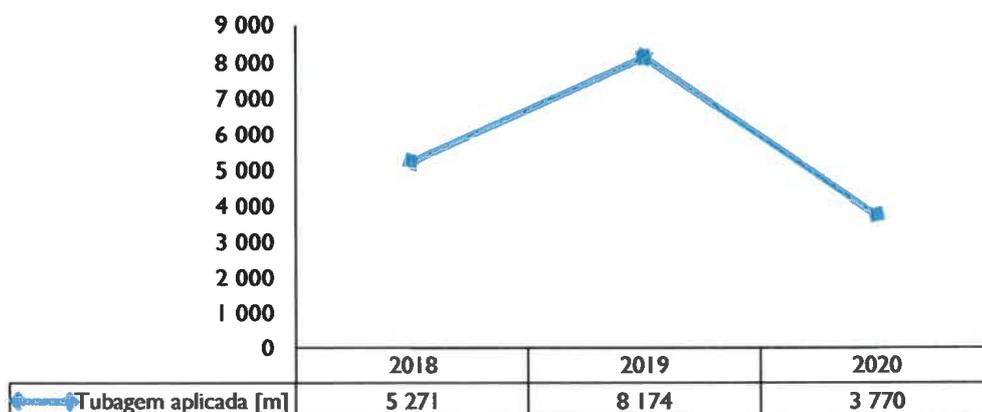


Gráfico 5 Tubagem aplicada

INTERVENÇÕES DO PIQUETE



Gráfico 6 Intervenções do piquete

2 - O SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS, INDUSTRIAIS E PLUVIAIS

A atividade deste setor consiste na:

-  Conservação, manutenção e desobstrução de redes públicas de drenagem de esgoto doméstico e/ou pluvial;
-  Limpeza de fossas sépticas;
-  Reparação de caixas de visita ou de ramais e subida das mesmas ao nível do pavimento;
-  Reparação ou substituição das tampas das caixas de visita e ramal;
-  Construção de coletores e ramais;
-  Reparação de sarjetas ou sumidouros;
-  Manutenção das 9 estações elevatórias e do tamisador nas Penhas da Saúde.

SETOR DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS, INDUSTRIAIS E PLUVIAIS

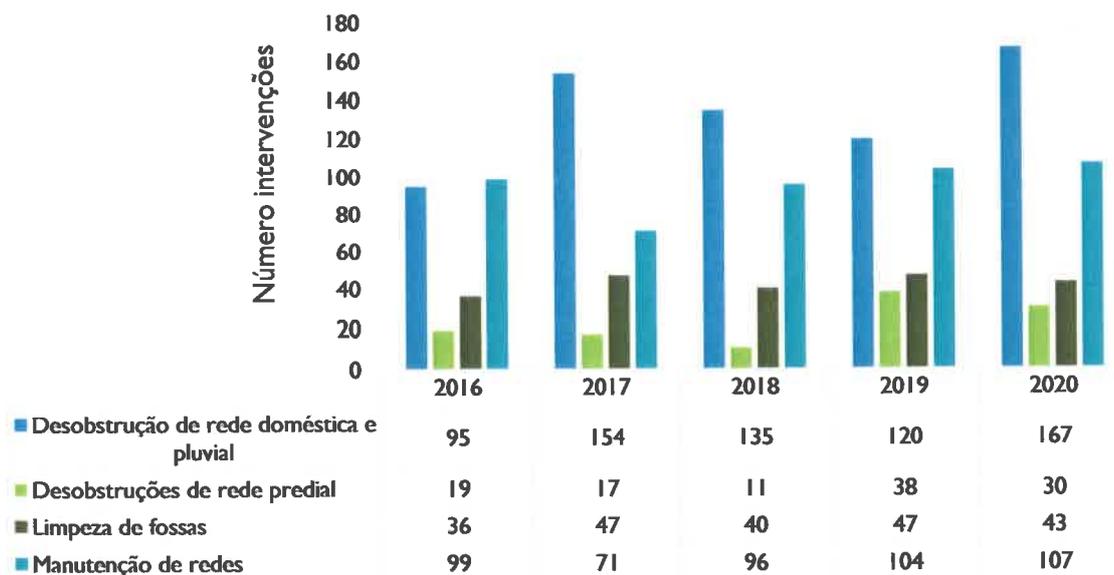


Gráfico 7 Setor de drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais



3 – O SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS

Em abril de 2005, foi concessionado o serviço de saneamento em alta à ADS - Águas da Serra, S.A., pelo período de 30 anos, com base nas condições estipuladas num Programa do Concurso e Caderno de Encargos de um Concurso Público internacional lançado pelo Município da Covilhã no ano de 2003.

A cláusula que define o tarifário e a faturação do serviço tem por base o Anexo VI e o Anexo VII do respetivo contrato de concessão. O preço do serviço corresponde ao resultado da multiplicação dos caudais estimados de água a tratar com o valor da respetiva tarifa, sujeita a revisão anual com base numa fórmula que integra o IPC – índice de preço ao consumidor.



Gráfico 8 Tarifa por m³



Gráfico 9 Volume Contratado

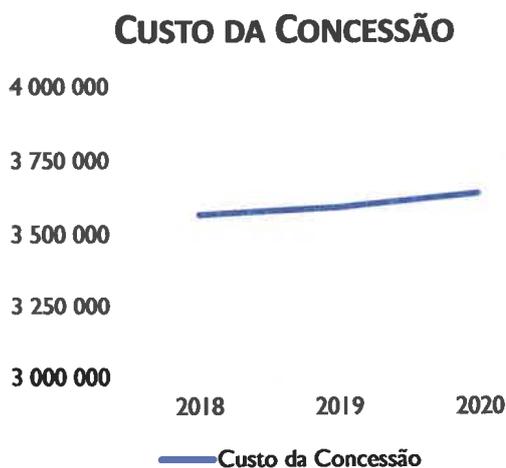



Gráfico 110 Custo da concessão

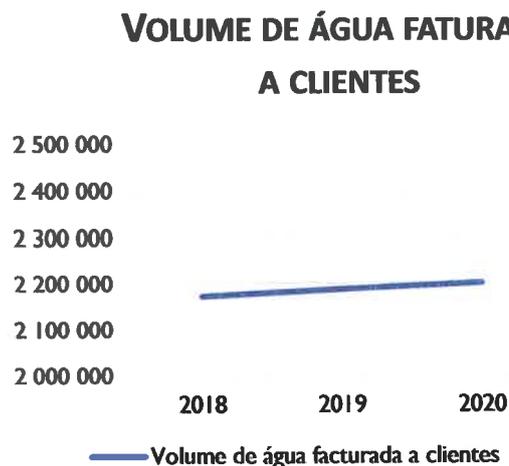


Gráfico 10 Volume de água faturada

4 – LIMPEZA PÚBLICA

As tarefas diárias consistem na:

-  Limpeza de valetas e desobstrução de sarjetas;
-  Corte de arbustos e silvas em taludes;
-  Lavagem de passeios e arruamentos;
-  Remoção de cartazes publicitários afixados;
-  Desratização e desbaratização na cidade;
-  No ano de 2020 foi adquirida mais uma varredoura pesada para a limpeza urbana, na zona da freguesia de Covilhã – Canhoso.

5 - RECOLHA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Em 2016 deu-se início à modernização deste setor através do investimento num novo veículo para recolha de resíduos urbanos indiferenciados. Esta decisão assentou na necessidade de substituição urgente das viaturas de recolha existentes, melhorando ao mesmo tempo a eficiência do setor e as condições de trabalho dos colaboradores que operam com estes equipamentos. As novas viaturas permitem a recolha simultânea de contentores e *molok's*, o que possibilita a otimização dos circuitos de recolha e a consequente redução de gastos.



As tarefas diárias consistem na:

- Recolha indiferenciada de Resíduos Urbanos;
- Recolha seletiva de materiais recuperáveis e de objetos volumosos fora de uso, vulgo “monstros”;
- Reparação, substituição e lavagem de contentores;
- Fiscalização das descargas ilegais de resíduos;
- Gestão do ecocentro e estação de transferência.

Evolução dos gastos com a deposição de RU's

Ano	RSU		Total
	ton/ano	€/ton	(€)
2018	17 213	37,76	649 942,60
2019	16 983	33,05	561 291,19
2020	17 217	33,74	580 894,76

Estes valores são com IVA incluído

Tabela I Evolução dos gastos com a deposição de RU's

No ano de 2020 foram depositadas 17.217 toneladas de resíduos urbanos com um gasto efetivo, suportado pela ADC, num total de 580.894,76 €, com IVA, faturados pela Resiestrela, SA.

Desde fevereiro de 2013 que a recolha seletiva é feita pela Resiestrela, SA. Importa realçar que a reciclagem continua a ser uma preocupação para a ADC, pelo que, nos últimos quatro anos, foram realizadas ações conjuntas que serão intensificadas no decorrer do ano de 2021, promovendo assim esta empresa municipal a diminuição da quantidade de RU's que vai para deposição.

EVOLUÇÃO DAS QUANTIDADES RECOLHIDAS SELETIVAMENTE



Gráfico 12 Evolução das quantidades recolhidas seletivamente

6 - PARQUES E JARDINS

A atividade desta área traduz-se na requalificação e manutenção de espaços públicos, incluindo a rega com água não tratada, que passa pela manutenção de poços/reservatórios e da respetiva rede de distribuição. O Viveiro Municipal produz espécies utilizadas nos espaços verdes do concelho.

A decisão do Conselho de Administração, em 2014, de internalizar a maioria dos serviços realizados neste setor, optando pela contratação de pessoal e pela aquisição de viaturas e equipamentos, permitiu estabilizar os gastos diretos deste setor. A decisão refletiu-se também ao nível do número de intervenções realizadas, com especial ênfase em limpeza e manutenção de diversos locais que há muitos anos que não eram intervencionados, bem como a realização parcial de podas de árvores na cidade.

Este setor constitui atualmente uma força operacional desta empresa, que permite a realização de intervenções urgentes e anteriormente não realizadas pelos prestadores que eram contratados, dando apoio direto à limpeza urbana sempre que necessário.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DO SETOR PARQUES E JARDINS

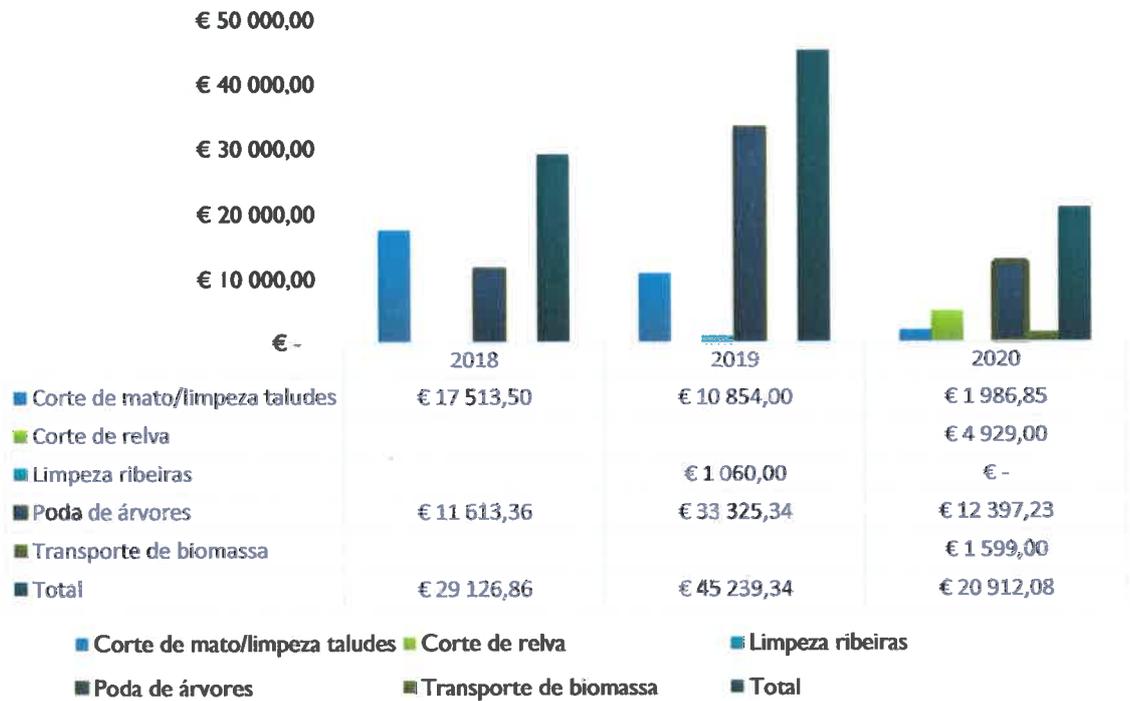


Gráfico 13 Prestações de serviço do setor parques e jardins

GASTOS DIRETOS ANUAIS DO SETOR PARQUES E JARDINS



Gráfico 14 Gastos diretos anuais setor parques e jardins

III - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

1 - ATIVO

A) Ativo Não Corrente

Ativos fixos tangíveis e intangíveis

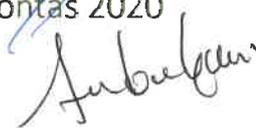
No decorrer do ano de 2020 foram realizados investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis no montante de 392.847,88 €, destacando-se os seguintes:

Investimento realizado

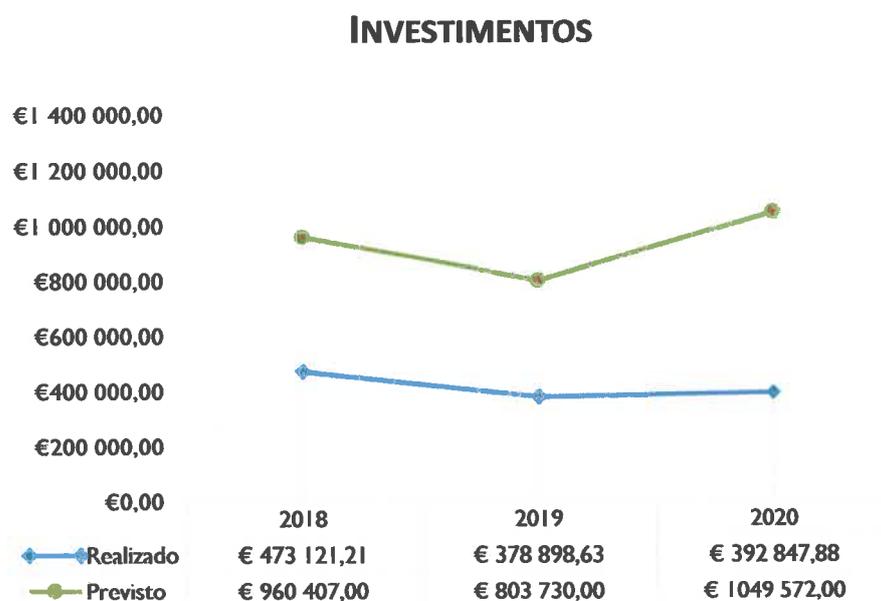
	2018	2019	2020
Ampliação/Remodelação de redes de água	€ 154 926,09	€ 97 799,92	€ 78 680,45
Ampliação/Remodelação de redes de águas residuais	€ 25 330,93	€ 1 918,27	€ 143 502,45
Conservação e equip. reservatórios e EE saneamento	€ 1 562,49	€ 35 665,89	€ 8 054,56
Edifício Sede nova ADC	€ 8 600,00	€ -	€ -
Equipamento de transporte	€ 51 372,93	€ 76 226,60	€ 44 209,09
Contadores	€ 29 738,43	€ 31 531,94	€ 25 089,80
Telegestão / Equipamentos de controlo de perdas	€ 16 125,59	€ 11 284,07	€ 34 269,01
Equipamentos RU's	€ 12 900,83	€ 29 813,75	€ 1 786,61
Programas de computador / SIG	€ 93 647,64	€ 23 544,50	€ 22 037,66
Outros investimentos	€ 78 916,28	€ 71 113,69	€ 35 218,25
Total	€ 473 121,21	€ 378 898,63	€ 392 847,88

Tabela 2 Investimento realizado

Por via do grande volume dos investimentos já realizados nos anos anteriores, a ADC registou em 2020 uma execução orçamental na rubrica dos investimentos de apenas 37%. Para este índice contribuiu também o início das obras de substituição de condutas com perdas elevadas, bem como a aquisição dos equipamentos, aprovados na candidatura ao POSEUR, cujos procedimentos concursais foram efetuados ainda em 2020, bem como as obras previstas nos reservatórios.



Investimentos			
	2018	2019	2020
Realizado	€ 473 121,21	€ 378 898,63	€ 392 847,88
Previsto	€ 960 407,00	€ 803 730,00	€ 1 049 572,00
Desvio	-€ 487 285,79	-€ 424 831,37	-€ 656 724,12
Taxa Execução	49,26%	47,14%	37,43%

Tabela 3 Investimentos

Gráfico 15 Investimentos

B) Ativo Corrente

Inventários

As existências de materiais apresentavam no final de 2020 um valor de 373.344,58 €, destacando-se as matérias-primas para o setor da água com 187.299,56 € e as matérias-primas de saneamento com 38.831,18.

As perdas por imparidade nos inventários registavam, à data de 31 de dezembro, o montante de 35.407,03 €.

Clientes

O valor das dívidas de clientes apresentava a 31 de dezembro de 2020 um saldo de 2.592.759,30 €, sendo 1.729.498,47 € de clientes da faturação de água e de prestações de serviços e 863.260,83 € referentes a clientes de cobrança duvidosa, para os quais está contabilizada uma perda por imparidade de igual montante.

Estado e outros entes públicos

Do valor de 398.543,70 € apresentado no Balanço, 264.297,92 € respeitam ao IRC 2016 (182.631,36 €) e IRC 2017 (81.666,56 €), por correção da dedução dos prejuízos fiscais do ano de 2009, tendo sido já apresentada impugnação do ato tributário.

Considerando que a empresa tem direito à dedução dos prejuízos fiscais, e que irá receber os valores pagos, estes foram considerados a débito da rubrica Estado e Outros Entes Públicos nas datas dos pagamentos.

Outras contas a receber

O valor de 10.077.953,40 € apresentado no Balanço, respeita fundamentalmente à contabilização na rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos”, dos subsídios à exploração em dívida pelo Município da Covilhã, e respeitantes aos anos de 2010, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, no montante global de 7.374.345 €, e ainda ao registo do valor de 2.145.000 € relativos à compensação do valor a receber da ADS - Águas da Serra, SA, por via da antecipação da totalidade dos dividendos, no montante global atualizado de 2.145.000 €, a receber pelo Município da Covilhã (por deter 30% do capital social daquela empresa). Entendemos que este registo carece de esclarecimentos que serão solicitados aos Acionistas; contudo, tendo em conta que o mesmo surge de uma decisão com sede numa Assembleia Geral de Acionistas, esta administração decidiu pela manutenção do método de registo contabilístico utilizado desde 2009, podendo aquele estar sujeito a correções futuras, após esclarecimentos.

Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2020, o valor registado em Caixa e Depósitos Bancários ascendia a 994.697,10€.

2 – PASSIVO

A) Passivo não corrente

Provisões

O valor de 5.588,05 € respeita a outras provisões.

Financiamentos obtidos

O valor de 4.355.154,40 € apresentado no Balanço, está deduzido das amortizações a pagar durante o ano de 2021, e respeita a três empréstimos bancários de médio prazo, contraídos com o Santander no montante de 1.551.917,93 € (deduzido do valor de 30.100 € por via da contabilização ao custo amortizado); com o Millennium BCP no valor de 506713,80 € (deduzido de 6.720 € por via da contabilização ao custo amortizado); e com o BPI cujo saldo à data de 31 de Dezembro de 2020 era de 1879.057,87 € (incluído neste valor as amortizações a pagar em 2021 – 654.000,00 €).

Aquele montante inclui ainda 2.000.000 € respeitantes a suprimentos efetuados pela WATER VALUE– Serviços Ambientais, S.A. aquando da aquisição da participação de 49% do capital social desta empresa.

B) Passivo Corrente

Fornecedores

Nesta rubrica importa salientar que, cerca de 70% do seu valor se encontra concentrado em dois fornecedores, a saber:

- 2.569.286,08 € de dívida à ADS – Águas da Serra, SA, referente à concessão do serviço de saneamento em alta e;
- 409.006,66 € à Resiestrela, SA.

Em setembro de 2013 a ADC assinou com a Resiestrela o Contrato de Entrega e Receção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e de Recolha Seletiva para a Valorização, Tratamento e Destino Final, tendo pago a dívida para com a Águas do Zêzere e Côa e para com a Resiestrela, através de cheques no valor de 4.215.131 €. Foi igualmente liquidado o montante de 560.984 € através da dação em cumprimento pela transmissão da propriedade de bens afetos ao sector dos resíduos sólidos, nomeadamente, a estação de transferência e o ecocentro e equipamento básico.

A ADC reconheceu a obrigação de pagamento à Resiestrela de 589.389 €, que serão liquidados em 171 prestações com o débito, para efeito de encontro de contas, de faturas emitidas à Resiestrela pela



prestação de serviços de gestão e manutenção do Ecocentro. À data de 31 de dezembro de 2020 já tinham sido liquidadas 87 prestações.

Financiamentos obtidos

O valor de 1.582.535,20 € inscrito nesta rubrica respeita às amortizações, que ocorrerão durante o ano de 2021, dos empréstimos bancários contraídos por esta empresa municipal, referidos anteriormente.

Outras contas a pagar

De salientar o montante de 5.120.201,99 € contabilizados em “Credores por acréscimos de gastos”. O valor mais significativo registado nesta rubrica, 2.145.000 €, respeita ao gasto com a assistência técnica de gestão da WATER VALUE, S.A.. Entendemos que este registo carece de esclarecimentos que serão solicitados aos Acionistas; contudo, tendo em conta que o mesmo surge de uma decisão com sede numa Assembleia Geral de Acionistas, esta administração decidiu pela manutenção do método de registo contabilístico utilizado desde 2009, podendo aquele estar sujeito a correções futuras, após esclarecimentos. Ao anterior valor acresce, ainda, 2.328.870,18 € contabilizados em outros acréscimos de gastos.

Foram contabilizados 345.325,30 € euros relativos à estimativa de férias, subsídio de férias e encargos.

Está também incluído o valor de 53.786,86 € relativos à dívida por “depósito de garantia”, respeitante às garantias da execução de obras pelos empreiteiros, em função dos valores contratados.

3 – CAPITAL PRÓPRIO

O Capital Próprio da ADC ascende, no final do exercício, a 14.727.077,29 €, com evidência para o valor dos Resultados Transitados que incorporaram o Resultado Líquido de 2019, deduzido do valor de 38.623,88 € que foi transferido para Reservas Legais.

4 – RENDIMENTOS

Importa referir que:

-  As vendas de água apresentam um valor de 2.502.445,62 € (já deduzido do valor do desconto do Cartão Municipal Social de 8.358,63 €).



- As prestações de serviços apresentam um valor líquido de 8.471.840,22 €, sendo 2.412.736,93 € do setor da água; 4.249.999,84 € euros do setor do saneamento e 1.737.297,26 € do setor dos resíduos sólidos.
- O valor do desconto do Cartão Municipal Social afeto às prestações de serviços foi de 26.411,03 €.
- Os serviços diversos prestados a terceiros desde reparações de ruturas nas redes públicas de distribuição de água, limpeza de coletores de esgoto e fossas sépticas, entre outros, apresentavam no final do exercício um valor de 8.767,57 €.
- A tarifa de encargos de cobrança registou um valor de 89.449,65 €.
- O desconto do Cartão Municipal Social apresentou um valor global de 34.769,66 €.
- Os trabalhos para a própria entidade registaram um valor de 89.853,45 €.
- Em “Subsídios à Exploração” foi contabilizado, por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos”, o montante de 700.687,00 €, respeitante aos Contratos Programa para o ano de 2020, e 16.894,92 € referentes a subsídios do I.E.F.P.
- Na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” importa salientar os valores de 33.626,52 € e 22.939,92 €, relativos à recuperação de custos imputados à Resiestrela e à ICOVI, respetivamente.
- Foi contabilizado o montante de 16.182,35 € resultantes da transferência dos subsídios ao investimento de “Outras variações no capital próprio - Subsídios” na proporção da depreciação dos bens subsidiados.
- Em 2020, o total dos rendimentos registou uma diminuição de 323.458,50 €, correspondendo a uma variação de -2,65 %.

Para uma melhor compreensão apresentamos a seguinte análise das rubricas de Rendimentos.

Rubricas	Ano 2020	Ano 2019	Variações 2020-2019	Peso na estrutura 2020
71 Vendas	€ 2 502 445,62	€ 2 576 918,84	-2,89%	21,04%
72 Prestações de Serviços	€ 8 471 840,22	€ 8 694 000,12	-2,56%	71,22%
74 Trabalhos para a própria empresa	€ 89 853,45	€ 86 776,18	3,55%	0,76%
75 Subsídios à Exploração	€ 717 581,92	€ 637 592,10	12,55%	6,03%
76 Reversões	€ 2 477,88	€ 41 406,23	-94,02%	0,02%
78 Outros rendimentos e ganhos	€ 102 083,93	€ 166 562,88	-38,71%	0,86%
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	€ 8 244,29	€ 14 894,13	-44,65%	0,07%
Total	€ 11 894 527,31	€ 12 218 150,48	-2,65%	100,00%

Tabela 4 Origem dos rendimentos
Evolução dos Rendimentos

SNC	2018	2019	2020
71 Vendas	€ 2 523 737,75	€ 2 576 918,84	€ 2 502 445,62
72 Prestações de Serviços	€ 8 711 870,42	€ 8 694 000,12	€ 8 471 840,22
74 Trabalhos para a própria empresa	€ 142 536,32	€ 86 776,18	€ 89 853,45
75 Subsídios à Exploração	€ 602 917,74	€ 637 592,10	€ 717 581,92
76 Reversões	€	€ 41 406,23	€ 2 477,88
78 Outros rendimentos e ganhos	€ 119 008,45	€ 166 562,88	€ 102 083,93
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	€ 16 534,89	€ 14 894,13	€ 8 408,96
Total	€ 12 116 605,57	€ 12 218 150,48	€ 11 894 691,98

Tabela 5 Evolução dos rendimentos



TOTAL RENDIMENTOS



Gráfico 16 Total dos rendimentos

Prestações de Serviços

Rubricas	2020	2019	Variações 2020-2019	Peso na estrutura 2020
Setor Água	€ 2 412 736,93	€ 2 440 073,27	-1,12%	28,48%
Tarifa de disponibilidade	€ 2 234 508,50	€ 2 231 042,80	0,16%	26,38%
Tarifa de ligação de contador	€ 99 650,02	€ 118 132,37	-15,65%	1,18%
Ramais	€ 63 436,79	€ 46 958,77	35,09%	0,75%
Outras tarifas	€ 15 141,62	€ 43 939,33	-65,54%	0,18%
Setor de Saneamento	€ 4 249 999,84	€ 4 364 273,66	-2,62%	50,17%
Tarifa de saneamento	€ 3 479 392,02	€ 3 575 375,64	-2,68%	41,07%
Tarifa de disponibilidade	€ 721 923,56	€ 720 283,40	0,23%	8,52%
Ramais	€ 14 593,85	€ 32 272,26	-54,78%	0,17%
Outras tarifas	€ 34 090,41	€ 36 342,36	-6,20%	0,40%
Setor dos Resíduos Sólidos	€ 1 737 297,26	€ 1 784 911,17	-2,67%	20,51%
Desconto do cartão do idoso	-€ 26 411,03	-€ 25 443,78	3,80%	-0,31%
Outras tarifas e serviços diversos	€ 98 217,22	€ 130 185,80	-24,56%	1,16%
Total	€ 8 471 840,22	€ 8 694 000,12	-2,56%	100%

Tabela 6 Origem das Prestações de Serviços

5 – GASTOS

A totalidade dos gastos de 2020 aumentou 290.118,93 € face a 2019.

Para uma melhor compreensão apresentamos a seguinte análise das rubricas dos Gastos:

Gastos						
SNC	Rubricas	2020	2019	Variações 2020-2019	Peso na estrutura 2020	
61	Custo mercadorias e matérias consumidas	€ 670 420,14	€ 685 449,56	-2,19%	5,84%	
62	Fornecimentos serviços externos	€ 6 675 333,68	€ 6 697 271,16	-0,33%	58,11%	
63	Gastos com pessoal	€ 2 858 165,41	€ 2 592 711,31	10,24%	24,88%	
64	Gastos de depreciação e de amortizações	€ 992 940,18	€ 987 657,92	0,53%	8,64%	
65	Perdas por imparidade	€ 139 655,88	€ 41 663,78	235,20%	1,22%	
67	Provisões do exercício	€ 442,41	€ 410,20	7,85%	0,00%	
68	Outros gastos e perdas	€ 43 521,79	€ 53 180,30	-18,16%	0,38%	
69	Gastos e perdas de financiamento	€ 107 102,11	€ 139 118,44	-23,01%	0,93%	
Total		€ 11 487 581,60	€ 11 197 462,67	2,59%	100,00%	

Tabela 7 Origem dos gastos

Evolução dos gastos

SNC		2018	2019	2020
61	Custo mercadorias e matérias consumidas	€ 675 694,81	€ 685 449,56	€ 670 420,14
62	Fornecimentos serviços externos	€ 6 727 351,57	€ 6 697 271,16	€ 6 675 333,68
63	Gastos com pessoal	€ 2 486 614,99	€ 2 592 711,31	€ 2 858 165,41
64	Gastos de depreciação e de amortizações	€ 955 960,48	€ 987 657,92	€ 992 940,18
65	Perdas por imparidade	€ 59 697,23	€ 41 663,78	€ 139 655,88
67	Provisões do exercício	€ 196,58	€ 410,20	€ 442,41
68	Outros gastos e perdas	€ 38 672,36	€ 53 180,30	€ 43 521,79
69	Gastos e perdas de financiamento	€ 175 035,48	€ 139 118,44	€ 107 102,11
Total		€ 11 119 223,50	€ 11 197 462,67	€ 11 487 581,60

Tabela 8 Evolução dos gastos

Os acréscimos mais significativos verificaram-se nos seguintes gastos:



- Gastos com Pessoal, no valor de 265.454,10 € (dos quais 16.894,92 € foram subsidiados pelo IEF);
- Gastos de Depreciação e de Amortizações, no montante de 5.282,26 €;
- Perdas por Imparidade com 97.992,10 €;
- Provisões no valor de 32,21 €;

Concomitantemente, os decréscimos dos gastos verificaram-se nas rubricas de:

- Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, com menos 15.029,42 €;
- Fornecimentos e Serviços Externos no valor de 21.937,48 €;
- Outros Gastos e Perdas no montante de 9.658,51 €;
- Gastos e Perdas de Financiamento no montante de 32.016,33 €.

6 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido apurado em 2020 foi de 297.994,60 €, representando uma diminuição de 474.483,05 (-61,42%) face ao ano anterior.

Evolução dos Resultados Líquidos do Exercício

	2018	2019	2020
Resultado Líquido do Exercício	€ 755 056,21	€ 772 477,65	€ 297 994,60

Tabela 9 Evolução dos resultados líquidos do exercício

7 – RÁCIOS E INDICADORES

	2018	2019	2020
Volume de Negócios	€ 11 235 608,17	€ 11 270 918,96	€ 10 974 285,84
Resultado Líquido	€ 755 056,21	€ 772 477,65	€ 297 994,60
Ativo Líquido	€ 29 769 617,26	€ 29 866 009,45	€ 30 288 980,86
Passivo	€ 16 096 142,81	€ 15 435 071,75	€ 15 561 903,57
Capital Próprio	€ 13 673 474,45	€ 14 430 937,70	€ 14 727 077,29

Tabela 10 Rácios e indicadores – I

	2018	2019	2020
Solvabilidade Total	0,85	0,93	0,95
Autonomia Financeira	0,46	0,48	0,49
Liquidez Geral	1,32	1,24	1,21
Rentabilidade do Activo	0,03	0,03	0,01
Rentabilidade dos Capitais Próprios	0,06	0,05	0,02
Rentabilidade Líquida das Vendas	0,07	0,07	0,03

Tabela 11 Rácios e indicadores - II

Como se conclui pela análise dos quadros, a pandemia que assolou o mundo em 2020 teve reflexos na situação económica e financeira da ADC.

V – ÁREA COMERCIAL

Na área comercial é de salientar os objetivos atingidos no ano de 2020:

-  **Reforço de boa cobrança da dívida e diminuição do Prazo Médio de Recebimentos;**
-  **Plano de substituição de contadores diminuindo assim perdas por submedição;**
-  **Implementação de novas minutas de celebração de acordo de pagamento com força executiva;**
-  **Procedimentos de análise consumos em especial grandes clientes;**
-  **Alteração da metodologia de cálculo de estimativas;**
-  **Implementação de novos reportes comerciais;**
-  **Reforço das atividades de fiscalização, nomeadamente inspeção de contadores e ligações ilícitas.**
-  **No decorrer do ano de 2020, registou-se um acréscimo de 192 consumidores e de 0,6% nos consumos.**

Os clientes desta empresa são maioritariamente domésticos, representando estes, cerca de 90% do total, 74% do consumo faturado e 45 % do valor da faturação de água.

Evolução de clientes

	2018	2019	2020
Nº Clientes no início do ano	27 893	28 039	28 383
Nº Clientes no fim do ano	28 039	28 383	28 575

Tabela 12 Evolução de clientes

Estrutura do Tipo de Consumidores / Faturação de Água (2020)

Tipo	Número	%	m ³	%	Euros	%
Domésticos	25 664	89,81%	1 663 701	74,20%	€ 1 119 167,51	44,72%
Com/Ind.	2 169	8%	313 823	14,00%	€ 847 567,41	33,87%
Outros	484	1,69%	221 938	9,90%	€ 535 710,70	21,41%
Total	28 317	99,10%	2 199 462	98,10%	€ 2 502 445,62	100,00%
Cons. Próprios	258	0,90%	42 597	1,90%	€ -	0,00%
Total	28 575	100%	2 242 059	100%	€ 2 502 445,62	100%

Tabela 13 Estrutura do tipo de consumidores / faturação de água 2020

Evolução da água consumida em m³

Tipo de Consumidor	2018	2019	2020
Doméstico	1 553 657	1 579 470	1 663 701
Com/Ind.	364 328	370 337	313 823
Outros	252 970	236 463	221 938
Total	2 170 955	2 186 270	2 199 462
Consumos Próprios	40 841	58 362	42 597
Total	2 211 796	2 244 632	2 242 059

Tabela 14 Evolução da água consumida em m³

Número e consumo por tipo de cliente

Tipo de clientes	Número			m3 faturados		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Domésticos	24 612	24 889	25 169	1 524 789	1 548 741	1 630 707
Domésticos idosos	553	565	495	30 787	30 911	32 994
Comercial	2 079	2 111	2 080	173 825	184 033	152 394
Industrial	79	77	74	142 596	137 695	124 673
Administração Local	176	177	179	60 047	35 442	24 656
Administração Central	73	73	73	109 570	110 061	105 500
Instituições s/ fins lucrativos	86	87	90	67 415	66 159	67 289
Obras	60	75	84	4 484	5 156	7 033
Rega	51	56	55	11 454	19 645	17 460
Hotelaria/Grandes Superfícies	12	13	15	47 907	48 609	36 756
Subtotal	27 781	28 123	28 314	2 172 874	2 186 452	2 199 462
Consumos próprios	258	260	261	40 841	58 362	42 597
Indefinidos (refaturados)				-1 919	-182	
Total	28 039	28 383	28 575	2 211 796	2 244 632	2 242 059

Tabela 15 Número e consumo por tipo de cliente

EVOLUÇÃO DA FATURAÇÃO (€)

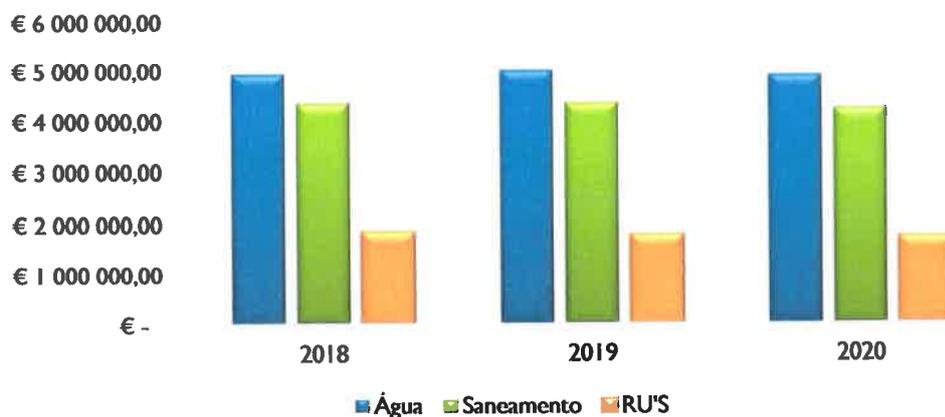


Gráfico 17 Evolução da faturação (€)

Faturação Água (€) - 2020

	€	%
Domésticos	€ 1 119 167,51	44,72%
Comercial	€ 337 775,15	13,50%
Industrial	€ 405 616,43	16,21%
Administração Local	€ 22 486,03	0,90%
Administração Central	€ 372 468,40	14,88%
Instituições s/ fins lucrativos	€ 61 367,52	2,45%
Obras	€ 22 555,98	0,90%
Rega	€ 56 832,77	2,27%
Hotelaria/Grandes Superfícies	€ 104 175,83	4,16%
Indefinidos Refacturações/ notas de crédito geradas)	€ -	0,00%
Total	€ 2 502 445,62	100,00%

Tabela 16 Faturação água € - 2020
Consumos faturados por tipo de clientes

	%	m ³
Adm.Central	4,71%	105 500
Adm. Local	1,10%	24 656
Cons. Comercial	6,80%	152 394
Cons. Industrial	5,56%	124 673
Cons. Obras	0,31%	7 033
Cons. Próprios	1,90%	42 597
Cons. Rega	0,78%	17 460
Domésticos	74,20%	1 663 701
Inst.S/ Fins Luc.	3,00%	67 289
Hotelaria/Grandes Superfícies	1,64%	36 756
Indefinidos Refaturações/ notas de crédito geradas)	0,00%	0
Total	100,00%	2 242 059

Tabela 17 Consumos faturados por tipo de clientes



EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES

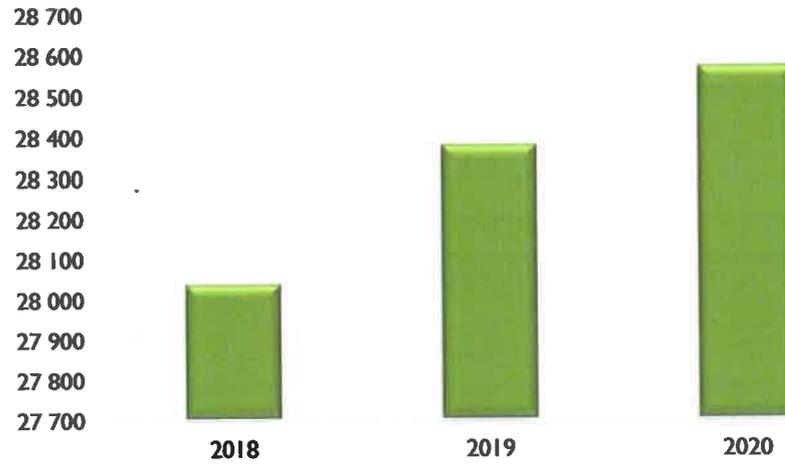


Gráfico 18 Evolução do nº de consumidores

DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE CLIENTE - 2020

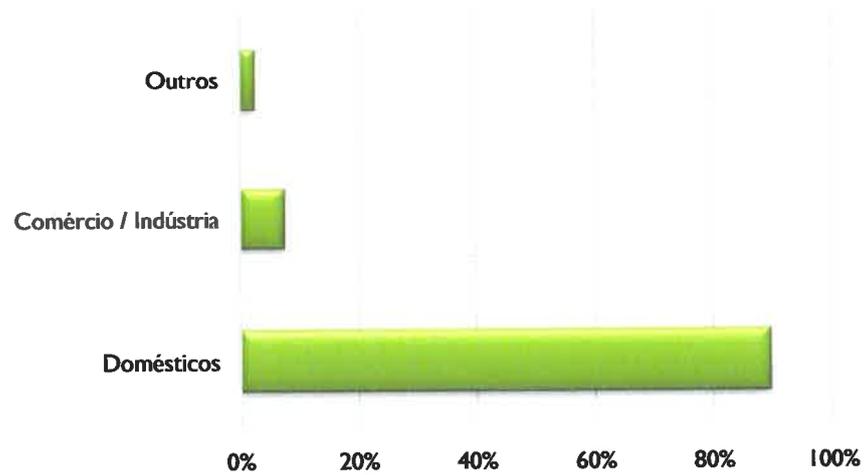


Gráfico 19 Distribuição por tipo de cliente

V - OUTROS DADOS

RECURSOS HUMANOS

No final do ano de 2020, a ADC – Águas da Covilhã, EM, era gerida por três Administradores e registava um universo de 147 colaboradores dos quais 62 com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e em regime de mobilidade geral, por cedência de interesse público, 49 com contrato de trabalho sem termo, 35 com contrato de trabalho a termo certo e 1 com contrato de trabalho a termo incerto.

Evolução dos Recursos Humanos

	2018	2019	2020
Adm. Administrador	1	1	2
Dirig. Dirigente	3	3	3
C.S. Coordenador de serviço	3	3	5
T.S. Técnico Superior	11	17	17
E.I. Especialista Informática	1	1	0
C.T. Coordenador Técnico	1	1	0
T. Técnico			10
A.S. Assistente Técnico	16	15	7
E.O. Encarregado Operacional	6	5	0
T.O. Técnico Operativo			82
A.O. Assistente operacional	97	92	22
Out. Outras	3	3	1
Total	142	141	149

Tabela 18 Evolução recursos humanos

O número médio de trabalhadores no ano de 2020 foi de 144. Dos trabalhadores em funções em Dezembro de 2020, representados na Tabela 18, 62 estão em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e em regime de mobilidade geral, por cedência de interesse público, 49 com contrato de trabalho sem termo, 35 com contrato de trabalho a termo certo e 1 com contrato de trabalho a termo incerto.

Dada a necessidade de substituir os trabalhadores que estavam para aposentação em 2020 e os que estão previstos para 2021, foi necessário proceder à contratação de colaboradores, no sentido de assegurar a sua substituição e aprendizagem dos novos quadros, nomeadamente ao nível de



encarregados. Procedeu-se também ao reforço dos quadros de pessoal operativo como medida de prevenção, proteção e mitigação dos efeitos da pandemia.

A ADC tem dois colaboradores com um grau de incapacidade superior a 60%, e contou, até Agosto de 2020, com quatro trabalhadores enquadrados na medida “Contrato-Emprego de Inserção de Pessoas com Deficiência e Incapacidade”. Desses quatro trabalhadores, dois foram contratados a termo certo.

N.º Total de Trabalhadores por Género e Vínculo

		2018	2019	2020	
Comissão de Serviço	M	1	1	2	
	F	0	0	0	
Cedência de Interesse Público	M	63	57	54	
	F	8	8	8	
Contrato a Termo Certo	M	35	25	29	
	F	4	5	6	
Contrato Sem Termo	M	25	38	45	
	F	4	5	4	
Contrato Termo Incerto	M	2	1	1	
	F	0	0	0	
Contrato Termo Parcial	M	0	1	0	
	F	0	0	0	
		M	126	123	131
		F	16	18	18
Total		142	141	149	

Tabela 19 N.º total de trabalhadores por género e vínculo

A ADC conta com 131 trabalhadores do sexo masculino e 18 do sexo feminino. O número mais significativo de trabalhadores tem entre 40 e 59 anos.

N.º Total de Trabalhadores por Género e Faixa Etária

	2018	2019	2020
20-24			
M			1
F			
25-29			
M	1	4	5
F	2	2	2
30-34			
M	6	5	4
F	1	1	
35-39			
M	8	8	11
F	1	1	2
40-44			
M	18	13	17
F	2	2	2
45-49			
M	19	23	26
F	5	6	6
50-54			
M	28	23	19
F	5	3	2
55-59			
M	27	26	23
F	1	2	3
60-64			
M	17	20	23
F		1	1
65-69			
M	1	1	2
F			
Total	142	141	149

Tabela 20 N.º total de trabalhadores por género e faixa etária

Dos 149 trabalhadores da ADC, 62 estão há menos de 5 anos, devido à internalização de serviços, que eram prestados em outsourcing e da qual resultou o aumento do número de trabalhadores, permitindo uma melhoria dos serviços prestados aos munícipes e uma redução de gastos.

Nº trabalhadores pela Antiguidade e Género		
Ano 2020		
até 5 anos	M	54
	F	8
6-9	M	22
	F	1
10-14	M	2
	F	1
15-19	M	3
	F	1
20-24	M	21
	F	7
25-29	M	6
	F	
30-34	M	10
	F	
35-39	M	7
	F	
40 ou mais anos	M	6
	F	
	M	131
	F	18
Total		149

Tabela 21 Nº trabalhadores pela antiguidade e género

Deu-se continuidade à promoção da saúde dos trabalhadores da ADC, por forma a contribuir para o seu bem-estar físico. No ano de 2020 foram realizadas 75 consultas de medicina do trabalho.

No decorrer do ano de 2020, verificaram-se 5 acidentes de trabalho, o que representa uma taxa de 3% relativamente ao número de trabalhadores. Este indicador diminuiu em relação ao ano anterior.

Acidentes de trabalho

	2018	2019	2020
Nº de trabalhadores	142	141	149
Nº de acidentes	13	14	5
Taxa	9%	10%	3%

Tabela 22 Acidentes de trabalho

O número de horas extraordinárias diminuiu 0,4% em 2020 face a 2019. O trabalho suplementar serve para fazer face a situações imprevistas ou previamente autorizado, realiza-se pontualmente e é indispensável ao bom funcionamento dos serviços.

Evolução do número de horas extra

	2018	2019	2020
Nº de horas extra	3 478,50	3 170,50	3 158,00

Tabela 23 Evolução do nº de horas extra

CONTENCIOSO

Os quadros seguintes pretendem evidenciar os processos de contraordenações, instaurados, sob orientação do Conselho de Administração, pela violação de algumas normas dos Regulamentos de sistema de abastecimento de água, de água residuais e de resíduos urbanos e higiene e limpeza pública.

Relativamente ao ano de 2020, foram instaurados 49 novos processos.

O valor reclamado dos autos que à data de 31/12/2020 estavam em aberto era de 4.328,75 €.

O valor cobrado de 1.982,56 € respeita a processos do ano e de anos anteriores, o que significa, que no decorrer de 2021 ainda serão cobrados, pela ADC ou pelo Ministério Público, os processos em aberto.

Evolução das contraordenações

	2018	2019	2020
Nº Autos	59	44	49
Valor Reclamado	€ 7 214,00	€ 6 586,00	€ 4 328,75
Valor Cobrado	€ 7 164,71	€ 6 351,87	€ 1 982,56

Tabela 24 Evolução das contraordenações

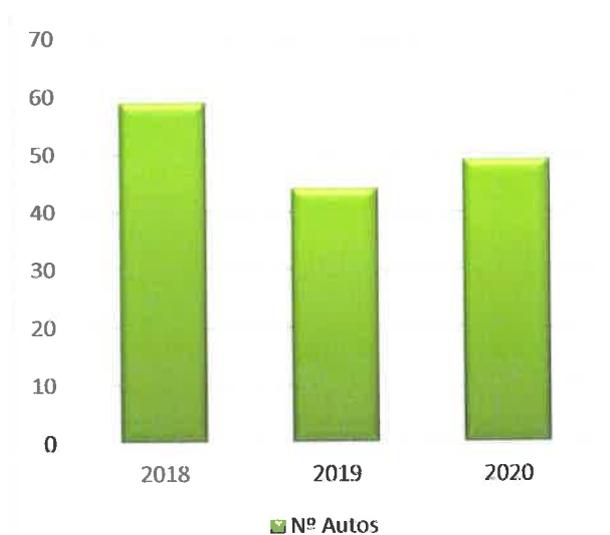


Gráfico 20 Nº de autos




Gráfico 21 Valores total das contraordenações

CONCURSOS

No ano de 2020 foram adjudicados 25 procedimentos concursais cujo montante global de adjudicação cifra-se em 1.633.606,29 €.

Quanto aos concursos o valor reflete o investimento feito pela ADC numa viatura para os serviços operativos, numa varredoura, no fornecimento em contínuo de gasóleo a granel, em empreitadas de obras e equipamentos do POSEUR.

Foram, também, adjudicadas prestações de serviços, nomeadamente, da limpeza das instalações, de recolha de resíduos urbanos, de serviços de seguros.

Evolução dos concursos

	2018	2019	2020
Nº Concursos Adjud.	20	22	25
Montante	€ 1 280 368,31	€ 1 052 623,66	€ 1 633 606,29

Tabela 25 Evolução dos concursos

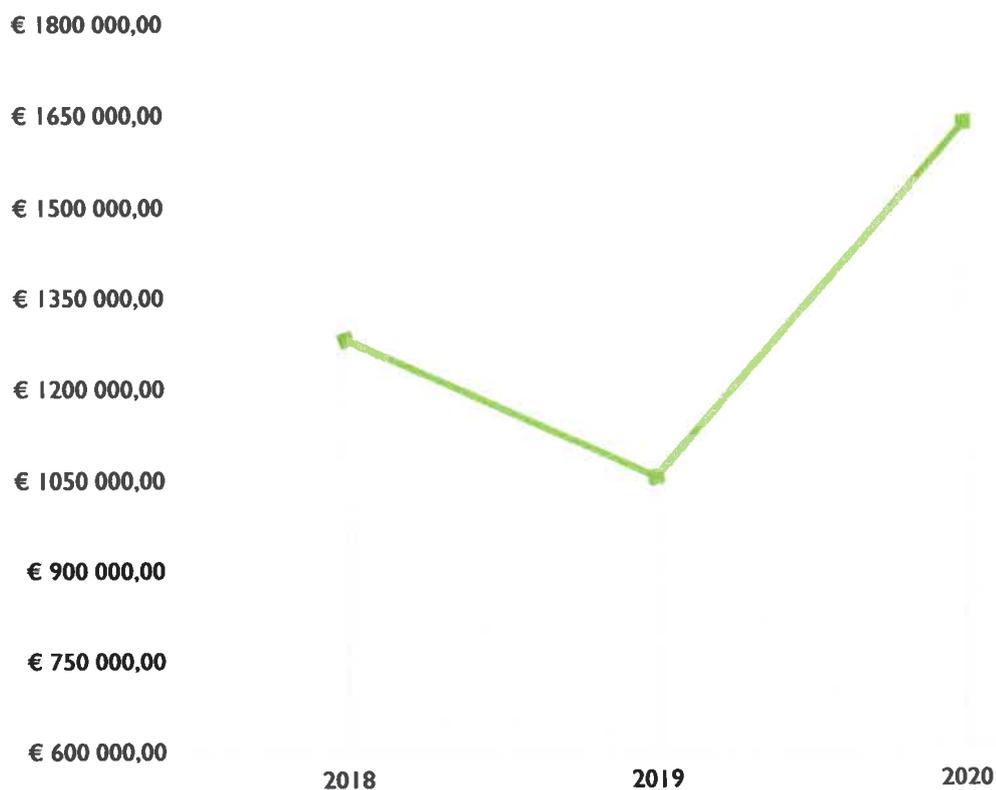


Gráfico 22 Valor dos concursos

MANUTENÇÃO

Os gastos com a manutenção da frota aumentaram 5% em relação a 2019.

Evolução dos gastos com viaturas

	2018	2019	Δ 2018-2019	2020	Δ 2019-2020
Manutenção da Frota	€ 54 722,80	70 138,39 €	28%	73 335,19 €	5%
Combustíveis (litros)	116 383,56	123 391,00	6%	105 316,00	-15%

Tabela 26 Evolução dos gastos com viaturas

O consumo de combustíveis diminuiu face a 2019, tendo o setor dos RU's representado o maior valor, no consumo.

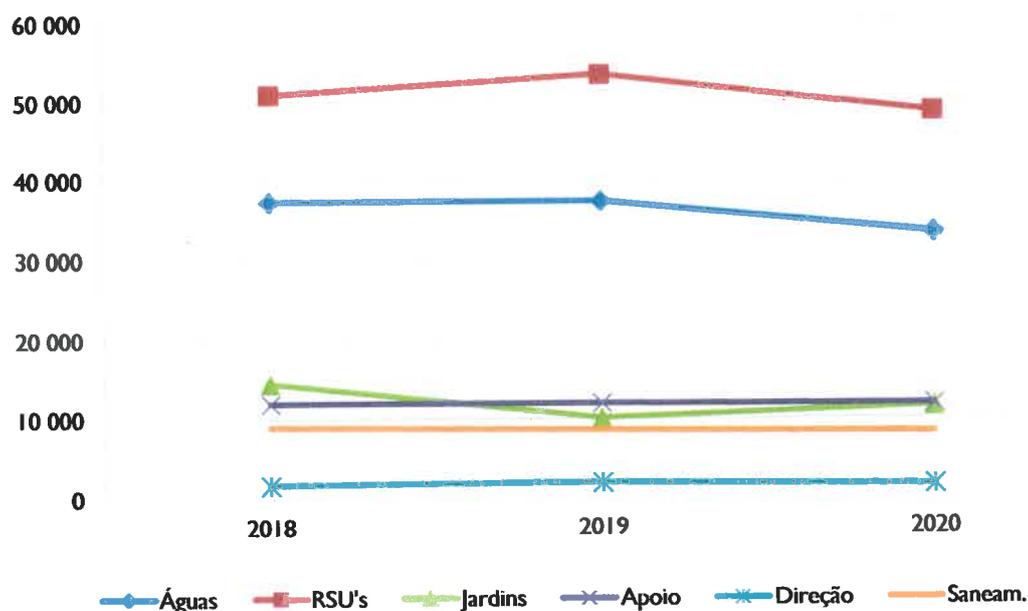


Gráfico 23 Consumo de combustível por setor (litros)

Custos de manutenção da Frota

	2018	2019	2020
Água	19 408,05 €	16 132,90 €	21 510,25 €
RSU's	18 404,45 €	33 391,40 €	6 537,86 €
Jardins	4 473,48 €	4 359,09 €	34 688,12 €
Saneam.	7 523,59 €	5 643,39 €	5 021,76 €
Apoio	4 389,01 €	8 416,70 €	4 412,66 €
Adm.	524,21 €	2 234,91 €	1 164,53 €
Total	54 722,80 €	70 178,38 €	73 335,19 €

Tabela 27 Custos de manutenção da frota

Os gastos com eletricidade registaram uma diminuição face a 2019. No setor da água representam 58,8% do total.

Consumo de energia elétrica por setor

	2018	2019	2020
Edifícios	€ 32 782,86	€ 32 450,90	€ 28 962,29
Água	€ 126 079,43	€ 116 399,11	€ 107 940,23
Jardins	€ 29 590,94	€ 30 384,90	€ 27 545,93
Saneam.	€ 13 645,00	€ 11 463,67	€ 14 686,90
RSU's	€ 5 845,96	€ 3 871,90	€ 4 502,90
	€ 207 944,19	€ 194 570,48	€ 183 638,25

Tabela 28 Consumo de energia elétrica por setor

COMUNICAÇÃO E MARKETING

A água, enquanto bem essencial, exerce funções de regulação da vida no Planeta e na preservação dos ecossistemas aquáticos e não aquáticos, fornece um suporte imprescindível à vida humana (à qualidade de vida, segurança, saúde, etc.) e não humana. É utilizada como um recurso produtivo para a economia (abastecimento de água e tratamento de águas residuais, agricultura, turismo, transportes, energia, etc.), tem capacidade de absorção de efluentes produzidos pelo homem, é um garante de amenidades, nas suas funções de carácter estético, psicológico, culturais, entre outras.

Para que a água na natureza se transforme em água para consumo muito caminho tem que ser feito, e para tal, muitos recursos (que têm custos) têm que ser incorporados em todo o processo. Desta forma, a ADC tem vindo a investir na promoção desta mensagem. É preciso fazer entender aos consumidores a diferença entre a água bruta e a água que consumimos. É preciso mudar o pensamento recalcitrado de alguns consumidores, sobre o verdadeiro valor destes bens assegurados, e serviços prestados, pela ADC. Demonstrar o valor das pessoas e recursos que estão por detrás dos serviços essenciais e não menos importante, modificar a perceção de que estão dispostos a pagar mais por serviços de menor valor (menos necessários) como as comunicações, TV Cabo, etc., ou mesmo comparar o custo de uma água engarrafada, contrapondo com o custo dos serviços de água.

VI - OBJETIVOS PARA 2021

Apesar da melhoria das condições económicas e financeiras do nosso país, por razões de prudência, a Administração pretende dar continuidade à política de gestão iniciada em março de 2014, comprometendo-se com os seguintes objetivos para o ano de 2021:

- Potenciar o crescimento de clientes nos próximos anos, com o consequente aumento da faturação;
- Diminuição do Prazo Médio de Recebimentos por via da otimização dos processos de cobrança;
- Diminuição do Prazo Médio de Pagamentos junto dos principais fornecedores;
- Melhoria contínua da satisfação do cliente e suas necessidades;
- Continuação do plano de substituição de contadores diminuindo assim perdas por submedição;
- Finalizar o processo de implementação do SIG / Gestão Operacional;
- Estabelecer a médio prazo os investimentos estratégicos que melhorem o desempenho funcional da empresa e representem ganhos significativos do ponto de vista operacional e económico;
- Continuar com a implementação de novos procedimentos e ferramentas informáticas com vista à desmaterialização e simplificação de processos administrativos;
- Preparação para a implementação do sistema de certificação da gestão da qualidade;
- Economia nas aquisições de materiais com o acesso para consulta por parte das chefias das diferentes áreas, de forma a possibilitar uma gestão mais eficaz e eficiente;
- Continuar a trabalhar com o LNEC no seguimento da nossa participação anterior no programa I-Perdas, aplicando o conceito de melhoria contínua à redução do volume total de perdas associadas às atividades comercial e de distribuição de água;
- Continuação da substituição da frota por veículos mais adequados;
- Continuar a Implementação do sistema informático para controlo de stocks e inventário por código de barras;

- Racionalização de circuitos e de pontos de recolha para redução do volume de consumos de combustíveis;
- Aumento da quantidade de resíduos recolhidos seletivamente, trabalhando em conjunto com a Resiestrela, na intensificação da nossa rede de Ecopontos bem como realização de campanhas de sensibilização para efeito;
- Participação em campanhas de sensibilização da população relativas ao setor de resíduos conjuntamente com a Resiestrela;
- Redefinir o nosso sistema de recolha de objetos volumosos fora de uso por forma a providenciar um melhor e mais eficiente serviço aos cidadãos e empresas do concelho da Covilhã;
- Reforçar a notoriedade da empresa e da sua imagem junto da população, em especial do universo escolar;
- Implementação de campanhas de Marketing para valorização dos serviços de água, tratamento de águas residuais (Ciclo Urbano da Água) e RSU.
- Dar continuidade às políticas de segurança dos dados pessoais (RGPD);
- Preparar a organização para elevar o nível de serviço no setor do saneamento;
- Manutenção do nível de serviço no setor de parques e jardins;
- Execução do Plano de Formação;
- Continuação da renovação do parque informático;
- Implementação do sistema integrado de avaliação de desempenho da ADC;
- Incremento da polivalência nos quadros da empresa;
- Contratação e manutenção de postos de trabalho para colaboradores de grau de incapacidade > 60%;
- Continuar a implementar e a realizar os investimentos no âmbito do POSEUR aprovado para esta empresa, a nível do abastecimento de água e da drenagem de águas residuais, bem como na aquisição de equipamentos com vista à redução de perdas.
- Realização de estudos e projetos com vista a elaborar uma candidatura ao POSEUR a nível da recolha de Bioresíduos, implementando a recolha esta fileira no nosso Concelho.

VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todas as entidades que deram o seu apoio e aos que prestaram colaboração na atividade desenvolvida, nomeadamente:

-  Ao Executivo Camarário e ao Acionista Privado pela colaboração prestada;
-  Aos Presidentes das Juntas de Freguesia pela ajuda na intermediação com as populações;
-  Ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral e respetiva Secretária;
-  Ao Fiscal Único pelo sentido de exigência e pela sua prontidão;
-  A todos os colaboradores da empresa, que com o seu zelo, dedicação e competência possibilitaram a concretização dos objetivos definidos;
-  A todos os cidadãos e consumidores em geral, pela confiança relativa à fiabilidade dos serviços prestados e pela compreensão perante eventuais avarias e perante o esforço de consolidação da empresa.

VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O artigo 25º dos Estatutos da ADC, prevê a constituição de uma Reserva para Investimento e de um Fundo para fins Sociais, além da Reserva Legal.

É entendimento do Conselho de Administração que esta empresa municipal tem realizado investimentos com uma elevada taxa de execução e atribuído subsídios para fins sociais, pelo que, não se justifica a constituição destas duas reservas.

Assim, o Conselho de Administração da ADC, EM propõe nos termos da alínea s) do n.º 3 do artigo 11º dos Estatutos da ADC a seguinte aplicação para o resultado do exercício de 2020, no montante de 297.994,60 €:

- Reserva legal: 14.899,73 €;
- Resultados Transitados: 283.094,87 €

Covilhã, 10 de março de 2021

O Conselho de Administração,



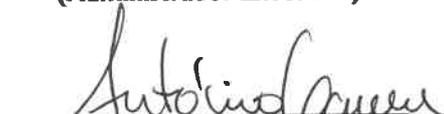
José Miguel Ribeiro Oliveira

(Presidente do Conselho de Administração)



João Carlos Izidoro Marques

(Administrador Executivo)



António Carlos Lopes Garcia

(Administrador Executivo)

IX – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

(alínea s) do número 3 do artigo 11º dos Estatutos da Empresa)

- Balanço
- Demonstração dos resultados
- Demonstração das alterações no capital próprio
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Execução anual do plano plurianual de investimentos
- Anexo

BALANÇO INDIVIDUAL
 31 de Dezembro de 2020

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	4.2, 9	16.597.170,77	17.199.608,61
Activos intangíveis.....	4.3, 10	75.247,75	75.277,34
Outros Investimentos Financeiros.....	8	21.885,28	17.555,53
		16.694.303,80	17.292.441,48
Activo corrente:			
Inventários.....	4.5, 13	373.344,58	355.399,31
Clientes.....	14	1.729.498,47	1.496.042,33
Estado e outros entes públicos.....	20	398.543,70	357.947,43
Outros créditos a receber.....	12, 14	10.077.953,40	9.393.554,04
Diferimentos.....	15	20.639,81	18.290,49
Caixa e depósitos bancários.....	5	994.697,10	952.334,37
		13.594.677,06	12.573.567,97
Total do Activo		30.288.980,86	29.866.009,45
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado.....	16	9.000.000,00	9.000.000,00
Reservas Legais.....	16	192.422,36	153.798,48
Outras reservas.....	16	1.172.141,82	1.172.141,82
Resultados transitados.....	16	3.656.024,65	2.922.170,88
Outras variações no capital próprio.....	30	408.493,86	410.348,87
		14.429.082,69	13.658.460,05
Resultado líquido do período.....		297.994,60	772.477,65
		14.727.077,29	14.430.937,70
Total do capital próprio		14.727.077,29	14.430.937,70
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....	4.9, 17	5.588,05	5.145,64
Financiamentos obtidos.....	18	4.355.154,40	5.270.778,86
		4.360.742,45	5.275.924,50
Passivo corrente:			
Fornecedores.....	18	4.284.138,34	3.624.921,30
Estado e outros entes públicos.....	20	108.820,12	157.332,43
Financiamentos obtidos.....	18	1.582.535,20	1.578.973,37
Outras dívidas a pagar.....	19	5.225.667,46	4.796.473,38
Diferimentos.....	21	0,00	1.446,77
		11.201.161,12	10.159.147,25
Total do passivo		15.501.903,57	15.435.071,76
Total do Capital Próprio e do Passivo		30.288.980,86	29.866.009,45

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 31 de Dezembro de 2020

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2020	2019
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	4.7, 22	10.974.285,84	11.270.918,96
Subsídios à exploração.....	12	717.581,92	637.592,10
Trabalhos para a própria entidade.....		89.853,45	86.776,18
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	13	-670.420,14	-685.449,56
Fornecimentos e serviços externos.....	23	-6.675.333,68	-6.697.271,16
Gastos com o pessoal.....	24	-2.858.165,41	-2.592.711,31
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....	13	1.372,56	3.970,33
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	14	-138.550,56	-41.863,78
Provisões (aumentos/reduções).....	17	-442,41	37.025,70
Outros rendimentos.....	26	102.083,83	166.562,88
Outros gastos.....	27	-43.521,79	-53.180,30
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.498.743,71	2.132.570,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	25	-992.940,18	-987.657,92
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		505.803,53	1.144.912,12
Juros e rendimentos similares obtidos.....	28	8.244,29	14.894,13
Juros e gastos similares suportados.....	28	-107.102,11	-139.118,44
Resultado antes de impostos		406.945,71	1.020.687,81
Imposto sobre o rendimento do período.....	4.8, 11	-108.951,11	-248.210,16
Resultado líquido do período		297.994,60	772.477,65

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2020

Montantes expressos em EUROS (sem decimais)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	16	3.000.000	153.798	1.172.142	2.822.171	410.349	772.478	14.430.938		14.430.938
Alterações do período:										
Outras alterações reconhecidas no CP			38.624		733.854	-1.855	-772.478	-1.855		-1.855
Resultado líquido do período	2		38.624		733.854	-1.855	-772.478	-1.855		-1.855
Resultado integral	3						297.995	297.995		297.995
	4=2+3						-474.483	296.140		296.140
Operações com detentores de CP:										
Outras operações	5									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6=1+2+3+5	16	3.000.000	192.422	1.172.142	3.656.025	408.494	297.995	14.727.078	14.727.078

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível

AI = Activo Intangível

CP = Capital Próprio

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2019

Montantes expressos em EUROS (sem decimais)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	16	9.000.000	118.048	1.172.142	2.504.867	425.363	755.058	13.879.474		13.879.474
Alterações do período:										
Outras alterações reconhecidas no CP			37.753		717.303	-15.014	-755.058	-15.014		-15.014
Resultado líquido do período	2		37.753		717.303	-15.014	-755.058	-15.014		-15.014
Resultado integral	3						772.478	772.478		772.478
	4=2+3						17.421	757.463		757.463
Operações com detentores de CP:										
Outras operações	5									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6=1+2+3+5	16	9.000.000	153.798	1.172.142	2.822.171	410.349	772.478	14.430.938	14.430.938

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível

AI = Activo Intangível

CP = Capital Próprio

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

31 de Dezembro de 2020

(Método Directo)

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		11.632.371,46	12.209.046,37
Pagamentos a Fornecedores		-7.197.868,56	-7.129.215,08
Pagamentos ao Pessoal		-2.736.211,48	-2.534.419,33
Caixa gerada pelas operações		1.698.291,42	2.545.411,96
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-216.146,09	-320.746,88
Outros recebimentos/pagamentos		-217.545,06	-238.943,60
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.264.600,27	1.985.721,48
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis		-250.994,05	-259.791,54
Activos intangíveis		-23.692,69	-25.457,04
Recebimentos provenientes de :			
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-274.686,74	-285.248,58
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos			
Outras operações de financiamento	18	29.775,49	20.060,62
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos	18	-917.796,73	-1.567.376,57
Juros e gastos similares		-59.529,56	-99.353,07
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-947.550,80	-1.646.669,02
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		42.362,73	53.803,88
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	952.334,37	898.530,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	994.697,10	952.334,37
Variação de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		42.362,73	53.803,88

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
 31 de Dezembro de 2020

Montantes expressos em EURO

INVESTIMENTOS	EXECUÇÃO ANUAL			
	Previsto	Realizado	Desvios	Execução Financeira %
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
REDES	327.752,00	222.182,90	105.569,10	68%
Abastecimento de água - Ampliação de Redes	44.657,00	22.705,98	21.951,02	51%
POSEUR - Substituição de condutas com perdas elevadas	217.095,00	55.974,47	161.120,53	26%
Abastecimento de água - Remodelação / Substituição	36.000,00	143.502,45	-107.502,45	399%
Águas Residuais - Ampliação de Redes	30.000,00		30.000,00	
CONSTRUÇÃO CIVIL	152.250,00		152.250,00	
Reservatórios	152.250,00		152.250,00	
EQUIPAMENTOS	440.410,00	89.500,63	350.909,37	20%
EE Saneamento	141.200,00	8.054,56	133.145,44	6%
Contadores	55.000,00	25.089,80	29.910,20	46%
Telegestão	11.500,00	4.673,30	6.826,70	41%
POSEUR				
Caudalímetros	96.400,00	2.126,08	94.273,92	2%
Data loggers	19.600,00	3.129,63	16.470,37	16%
VRP's dinâmicas	48.500,00		48.500,00	
Equipamentos para deteção de fugas	19.600,00	19.550,00	50,00	100%
Videoscopia	4.900,00	4.790,00	110,00	98%
Bombagem e acessórios saneamento	10.210,00		10.210,00	
Equipamento RSU	12.000,00	1.786,61	10.213,39	15%
Benfeitorias / outros	7.000,00	4.180,41	2.819,59	60%
Outros (P. Jardins)	6.000,00	8.602,35	-2.602,35	143%
Outros (Bombas e Motores)	8.500,00	7.517,89	982,11	88%
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS - OUTROS	124.160,00	59.126,69	65.033,31	48%
RGPD	5.000,00		5.000,00	
POSEUR comunicação	3.760,00		3.760,00	
Equipamento de transporte	15.000,00	44.209,09	-29.209,09	295%
Equipamento informático	12.000,00	6.241,62	5.758,38	52%
POSEUR	74.900,00		74.900,00	
Outros investimentos diversos	13.500,00	8.675,98	4.824,02	64%
ACTIVOS INTANGÍVEIS				
ACTIVOS INTANGÍVEIS - OUTROS	5.000,00	22.037,66	-17.037,66	441%
Programas de computador + SIG	5.000,00	22.037,66	-17.037,66	441%
Total dos investimentos	1.049.572,00	392.847,88	656.724,12	37%

Sector de Actividade	Previsto	Realizado	Desvios	Execução Financeira %
Total do Sector da Água	712.502,00	285.722,12	426.779,88	40%
Total do Sector do Saneamento	181.410,00	8.054,56	173.355,44	4%
Total do Sector dos Resíduos Sólidos	12.000,00	1.786,61	10.213,39	15%
Total do Sector dos Parques e Jardins	6.000,00	8.602,35	-2.602,35	143%
Total dos Diversos	137.660,00	88.682,24	48.977,76	64%
Total Geral	1.049.572,00	392.847,88	656.724,12	37%

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



SETOR DA ÁGUA

No setor da água, a taxa de execução no ano de 2020, foi de 40%, derivada do investimento efetuado na ampliação e remodelação das redes de água em diversos locais do concelho, na substituição de condutas no âmbito do programa POSEUR_2020, no investimento em contadores de água, equipamento de telegestão, e houve também (no âmbito do programa POSEUR_2020), um forte investimento em caudalímetros, dataloggers, equipamento para deteção de fugas e videoscopia, apostando assim, na aquisição e renovação destes bens e equipamentos no concelho, reforçando desta forma, o objetivo primordial de melhorar a qualidade da água que chega a cada consumidor.

SETOR DO SANEAMENTO

No setor do saneamento, verificou-se uma taxa de execução de 4%, derivada do investimento efetuado nos equipamentos para as estações elevatórias de águas residuais, em diversas freguesias do concelho.

SETOR DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

No setor dos resíduos sólidos, verificou-se uma taxa de execução de 15% em equipamentos de RU's, por forma a melhorar a recolha destes resíduos na cidade da Covilhã.

SETOR DOS PARQUES E JARDINS

Neste setor, verificou-se uma taxa de execução de 143%, devido ao investimento em equipamentos e beneficiação dos espaços verdes no concelho.

DIVERSOS INVESTIMENTOS

Nos outros investimentos, os maiores destaques centram-se na aquisição de viaturas, máquinas e equipamentos para os vários setores de atividade da empresa, e, na aposta da empresa na renovação dos meios informáticos (computadores e programas), para a área administrativa e operativa, visando uma maior eficácia e eficiência nos procedimentos operacionais.

Globalmente, verificou-se uma taxa de execução de 37%, no presente exercício, evidenciando o esforço, empenho e aposta da administração, na melhoria gradual das prestações de serviços e conseqüente bem-estar geral da população do concelho da Covilhã.

Anexo às Demonstrações Financeiras

- 1 Nota introdutória e Identificação da Entidade
- 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
- 3 Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”)
- 4 Principais políticas contabilísticas
- 5 Fluxos de caixa
- 6 Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros
- 7 Partes relacionadas
- 8 Investimentos financeiros
- 9 Ativos fixos tangíveis
- 10 Ativos intangíveis
- 11 Impostos sobre o rendimento
- 12 Subsídios à exploração
- 13 Inventários
- 14 Ativos financeiros
- 15 Diferimentos ativos
- 16 Instrumentos de capital próprio
- 17 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- 18 Passivos financeiros
- 19 Adiantamentos de clientes, a fornecedores e outras contas a pagar
- 20 Estado e outros entes públicos
- 21 Diferimentos Passivos
- 22 Rédito
- 23 Fornecimentos e serviços externos
- 24 Gastos com o pessoal

- 25 Amortizações e Depreciações
- 26 Outros rendimentos e ganhos
- 27 Outros gastos e perdas
- 28 Juros e outros gastos e rendimentos similares
- 29 Divulgações exigidas por diplomas legais
- 30 Subsídios do governo e apoios do governo
- 31 Garantias
- 32 Eventos subsequentes
- 33 Informação adicional Covid-19
- 34 Aprovação das demonstrações financeiras

ANEXO

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A ADC – Águas da Covilhã, E.M., é uma empresa local municipal de capitais maioritariamente públicos, constituída em 17 de março de 2006, ao abrigo da Lei nº 58/98, de 18 de agosto (Lei das Empresas Municipais), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Covilhã, sob o nº 507.611.977, com sede social na Rua Ruy Faleiro, nº 111, 6200-194 Covilhã, que, por delegação do Município da Covilhã, faz a gestão e exploração dos serviços municipais do ambiente e que tem como atividade principal a Distribuição de Água (CAE 36002).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 10 de março de 2020. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada, as operações da ADC – Águas da Covilhã, E.M., bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

A ADC – Águas da Covilhã, E.M., é controlada em 51% do seu capital subscrito, pela entidade ICOVI – Infraestruturas da Covilhã, E.M., (detida em 100% pelo Município da Covilhã), com sede social na Avenida Viriato, nº 194, 6200-722 Tortosendo, com número contribuinte 508.282.322, e em 49% do seu capital subscrito, pela entidade WATER VALUE – Serviços Ambientais, S.A., com sede social na Rua Senhora da Estrela, nº 20, 6200-454 Boidobra, com número de contribuinte 508.380.081. As demonstrações financeiras da ADC são integradas nas demonstrações financeiras consolidadas dos sócios.

O exercício económico da ADC – Águas da Covilhã, E.M. decorre entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou outras situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NORMAS CONTABILÍSTICAS E DE RELATO FINANCEIRO (“NCRF”)

A ADC – Águas da Covilhã, E.M., adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de janeiro de 2009, e a Empresa preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

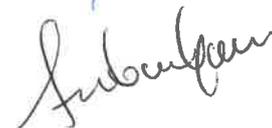
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, e atendendo aos pressupostos constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, e ao disposto no Decreto-Lei nº 98/2015 de 2de Junho.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. A Administração concluiu, desta forma, que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.



4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, o valor presente da estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo método do custo, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu custo deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, ou também designado método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens foram objeto de depreciação às taxas mínimas permitidas, agora pelo DR 25/2009 de 14 de setembro, em substituição do anterior DR 12/1990 de 12 de janeiro, conforme deliberação do Conselho de Administração de 27 de dezembro de 2006, o que se traduz nas seguintes vidas úteis médias:

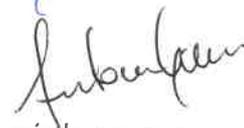
Vida Útil

SNC	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	6 - 50
Equipamento de transporte	8 - 16
Equipamento administrativo	6 - 16
Outros activos tangíveis	6 - 20

Tabela 29 Vida útil ativos tangíveis

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de



amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para o desenvolvimento dos mesmos, deduzido das correspondentes amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são constituídos por direitos de passagem e licenças, e, encontram-se registados pelo método do custo, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu custo deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas, os quais são amortizados pelo método das quotas constantes. Não é considerada qualquer quantia residual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Vida Útil	
SNC	Anos
Programas de computador	6
Licenças	6

Tabela 30 Vida útil ativos intangíveis

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados), com vida útil indefinida, são amortizados durante um período de 10 anos. Deixam de estar sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor, sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade. Estes ativos intangíveis passam desta forma, a seguir o regime previsto na NCRF 12 - Imparidade de Ativos.



4.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Sempre que tal se justifique, é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.5 Inventários

Os inventários (mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo), encontram-se registados ao menor de entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade)

pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

4.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 -- Instrumentos financeiros.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Os principais indicadores de imparidade a considerar são a antiguidade de saldos em dívida, e, por vezes, a dificuldade de cobrança.

O modelo de imparidade dos saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros adotado pela Empresa respeita os critérios fiscais em vigor.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outros depósitos bancários vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são incluídas a deduzir à rubrica de financiamentos obtidos.

d) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por



imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

e) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

f) Fornecedores, outras dívidas a terceiros e outros passivos financeiros

Os saldos de fornecedores, de outras dívidas a terceiros e de outros passivos financeiros, são registados ao custo ou ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

4.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;

Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

4.8 Imposto sobre o rendimento

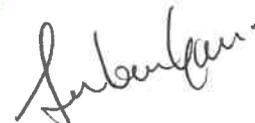
O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

4.9 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.



Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.10 Benefícios pós-emprego

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja, quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa, respeitando o disposto na NCRF 28 – Benefícios dos Empregados.

4.11 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, determinados de acordo com o método do juro efetivo, são reconhecidos como gasto à medida que são incorridos.

4.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

5. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui-se o numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019 detalha-se conforme se segue:

Fluxos de Caixa			
SNC		2020	2019
11/12	Numerário	€ 7.450,18	€ 5.683,83
	Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	€ 987.246,92	€ 946.650,54
	Total	€ 994.697,10	€ 952.334,37

Tabela 31 Fluxos de caixa

6. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas

As seguintes normas e interpretações novas ou revistas, foram adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tendo afetado os montantes relatados nas respetivas demonstrações financeiras.

Alteração em políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior.

7. PARTES RELACIONADAS

O capital subscrito da ADC – Águas da Covilhã, E.M. no valor de 9.000.000 €, é detido em 51% pela entidade ICOVI – Infraestruturas da Covilhã, E.M. (detida em 100% pelo Município da Covilhã), com sede social no Tortosendo - Covilhã, com número contribuinte 508.282.322, e, em 49%, pela entidade WATER VALUE– Serviços Ambientais, S.A., com sede social na Boidobra - Covilhã, com número de contribuinte 508.380.081.

Acionistas

SNC	Percentagem de Capital	2020
51 ICOVI, EEM/Município da Covilhã	51,00%	€ 4.590.000,00
Water Value, SA	49,00%	€ 4.410.000,00
Total	100,00%	€ 9.000.000,00

Tabela 32 Acionistas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro 2019, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Partes relacionadas

SNC	2020	2019
ICOVI, EEM		
Vendas e/ou prestações de serviços	€ 1.172,39	€ 802,37
Outros Rendimentos e Ganhos	€ 22.939,92	€ 22.939,92
Compras e Aquisições de Serviços	€ 868.190,95	€ 900.857,31
Water Value, S.A.		
Compras e Aquisições de Serviços	€ 438.971,44	€ 450.836,76
Juros de Suprimentos	€ 33.360,00	€ 34.219,98
Município da Covilhã		
Vendas e/ou prestações de serviços	€ 120.156,16	€ 162.185,69
Compras e Aquisições de Serviços	€ 34.113,58	€ 47.045,42
AdS - Águas da Serra, S.A.		
Vendas e/ou prestações de serviços	€ 11.921,41	€ 14.214,76
Compras e Aquisições de Serviços	€ 3.635.782,20	€ 3.585.996,72



Partes relacionadas

SNC	2020	2019
ICOVI, EEM		
Outras Contas a Receber	€ 10.215,46	€ 7.148,36
Outras Contas a Pagar	€ 204.400,95	€ 193.825,96
Water Value, S.A.		
Outras Contas a Pagar	€ 5.479.853,29	€ 5.007.467,76
Financiamentos obtidos	€ 2.000.000,00	€ 2.000.000,00
Município da Covilhã		
Outras Contas a Receber	€ 6.673.658,00	€ 6.074.958,20
Subsídios à Exploração	€ 700.687,00	€ 614.526,00
Outras Contas a Pagar	€ -	€ 3.859,19
AdS - Águas da Serra, S.A.		
Outras Contas a Receber	€ 2.145.000,00	€ 2.145.000,00
Outras Contas a Pagar	€ 2.497.011,16	€ 1.828.303,32

Tabela 33 Partes relacionadas

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual, financiado pelas entidades empregadoras através das contribuições mensais, tendo como finalidade o pagamento até 50% do valor da compensação que os trabalhadores abrangidos venham a ter direito.

Pode ser acionado pela entidade empregadora como forma de auxílio ao pagamento da compensação. Aquando da cessação do contrato de trabalho, em que não haja lugar ao pagamento de qualquer compensação, a entidade empregadora será reembolsada das contribuições efetuadas respeitantes ao trabalhador, valorizadas de um eventual ganho que o fundo tenha gerado.

A adesão tornou-se obrigatória para os contratos de trabalho celebrados a partir de 1 de outubro de 2013, mantendo-se até à data.

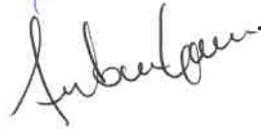
Os movimentos a 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram os seguintes:

Investimentos Financeiros			
SNC		2020	2019
41	FCT (Fundo Compensação Trabalho)	€ 21.885,28	€ 17.555,53
	Total	€ 21.885,28	€ 17.555,53

Tabela 34 Investimentos financeiros

9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:



Ativos Fixos Tangíveis

SNC	2020	2019
43 Terrenos e Recursos Naturais		
Saldo inicial	€ 147.080,00	€ 147.080,00
Saldo final	€ 147.080,00	€ 147.080,00
Edifícios e outras construções		
Saldo inicial	€ 25.953.097,22	€ 25.825.036,60
Transferências	€ 202.216,45	€ 128.060,62
Saldo final	€ 26.155.313,67	€ 25.953.097,22
Equipamento básico		
Saldo inicial	€ 1.936.547,89	€ 1.927.738,85
Aquisições	€ 46.339,70	€ 104.960,87
Abates	€ (109.039,09)	€ (96.151,83)
Saldo final	€ 1.873.848,50	€ 1.936.547,89
Equipamento de transporte		
Saldo inicial	€ 1.622.821,99	€ 1.546.595,39
Aquisições	€ 44.209,09	€ 76.226,60
Saldo final	€ 1.667.031,08	€ 1.622.821,99
Equipamento administrativo		
Saldo inicial	€ 356.879,02	€ 338.851,18
Aquisições	€ 10.498,62	€ 18.027,84
Abates	€ (9.520,07)	€ -
Saldo final	€ 357.857,57	€ 356.879,02
Outros ativos tangíveis		
Saldo inicial	€ 289.670,14	€ 259.759,94
Aquisições	€ 40.904,69	€ 29.910,20
Saldo final	€ 330.574,83	€ 289.670,14
Ativos fixos tangíveis em curso		
Aquisições	€ 228.858,12	€ 128.060,62
Transferências	€ (202.216,45)	€ (128.060,62)
Saldo final	€ 26.641,67	€ -
Total	€ 30.558.347,32	€ 30.306.096,26

Tabela 35 Ativos fixos tangíveis

Depreciações acumuladas e perdas por imparidade

SNC		2020	2019
438	Edifícios e outras construções		
	Saldo inicial	€ 9.967.087,22	€ 9.183.522,01
	Depreciações do exercício	€ 787.650,64	€ 783.565,21
	Saldo final	€ 10.754.737,86	€ 9.967.087,22
	Equipamento básico		
	Saldo inicial	€ 1.498.399,09	€ 1.522.428,19
	Depreciações do exercício	€ 69.999,34	€ 71.877,20
	Abates	€ (106.905,79)	€ (95.906,30)
	Saldo final	€ 1.461.492,64	€ 1.498.399,09
	Equipamento de transporte		
	Saldo inicial	€ 1.113.152,71	€ 1.030.140,78
	Depreciações do exercício	€ 84.482,04	€ 83.011,93
	Saldo final	€ 1.197.634,75	€ 1.113.152,71
	Equipamento administrativo		
	Saldo inicial	€ 324.382,96	€ 311.299,46
	Depreciações do exercício	€ 9.731,08	€ 13.083,50
	Abates	€ (9.278,24)	€ -
	Saldo final	€ 324.835,80	€ 324.382,96
	Outros ativos tangíveis		
	Saldo inicial	€ 203.465,67	€ 183.833,81
	Depreciações do exercício	€ 19.009,83	€ 19.631,86
	Saldo final	€ 222.475,50	€ 203.465,67
	Total	€ 13.961.176,55	€ 13.106.487,65

Tabela 36 Depreciações acumuladas e perdas por imparidade

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes ou também designadas de linha reta, sendo calculadas as suas amortizações e depreciações, com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil

SNC	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	6 - 50
Equipamento de transporte	8 - 16
Equipamento administrativo	6 - 16
Outros ativos tangíveis	6 - 20

As depreciações do exercício 2020 dos ativos fixos tangíveis foram no montante de 970.872,93€ (971.169,70 € em 2019).

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Ativos Intangíveis		
SNC	2020	2019
443 Programas de computador		
Saldo inicial	€ 210.922,19	€ 189.209,69
Aquisições	€ 22.037,66	€ 21.712,50
Saldo final	€ 232.959,85	€ 210.922,19
444 Propriedade industrial		
Saldo inicial	€ 19.293,62	€ 19.293,62
Saldo final	€ 19.293,62	€ 19.293,62
Total	€ 252.253,47	€ 230.215,81

Tabela 37 Ativos intangíveis

Amortizações acumuladas e perdas por imparidade

SNC	2020	2019
4484 Programas de computador		
Saldo inicial	€ 135.906,53	€ 119.516,42
Amortizações do exercício	€ 21.969,14	€ 16.390,11
Saldo final	€ 157.875,67	€ 135.906,53
4483 Propriedade industrial		
Saldo inicial	€ 19.031,94	€ 18.933,83
Amortizações do exercício	€ 98,11	€ 98,11
Saldo final	€ 19.130,05	€ 19.031,94
Total	€ 177.005,72	€ 154.938,47

Tabela 38 Amortizações acumuladas e perdas por imparidade

As amortizações do exercício 2020, relativas aos ativos intangíveis, foram no montante de 22.067,25€ (16.488,22 € em 2019).

Os ativos intangíveis com vida útil finita apresentam, para o cálculo das respetivas amortizações e depreciações, as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil

SNC	Anos
Programas de computador	6
Licenças	6

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

De acordo com o OE/2012, foi abolido o regime da interioridade, passando a taxa de IRC de 15% para 25%, nos anos de 2012 e 2013.

Em 2014 é reduzida a taxa do IRC para 23%, e em 2015, para 21%, de acordo com o estipulado no art.º 87.º da Reforma do IRC – Decreto n.º 195/XII, alterando desta forma, o Código do IRC aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88 de 30 de novembro.

De igual modo, a dedução dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores, que estava limitada a 75%, em 2013, do valor da coleta apurada, passou para 70% em 2014, 2015, 2016 e 2017, de acordo com o n.º 2 do artigo 52.º da reforma do IRC referida anteriormente. Esta situação teve impacto no cálculo do imposto, nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017.

O Conselho de Administração considera relevante evidenciar a seguinte situação: em 22-11-2017, a Autoridade Tributária emitiu uma liquidação adicional de IRC do período de 2016, em virtude de considerar que a empresa não tem direito a deduzir os prejuízos fiscais do ano 2009 no montante de 848.884,11 €, em virtude da revogação dos benefícios fiscais à interioridade constante do ex-artigo 43.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, revogado em 2011.

A empresa efetuou o pagamento da liquidação adicional em 04-01-2019, no valor de 182.631,36 €, e apresentou a reclamação graciosa onde conclui que deve ser anulada a liquidação n.º 2017 2310474052, pois a entidade mantém o direito à dedução dos prejuízos fiscais durante 7 anos mesmo após a revogação do benefício fiscal á interioridade, dado que o direito ao reporte foi constituído em data anterior à revogação do benefício.

Considerando que a empresa tem direito à dedução dos prejuízos fiscais, e que irá receber o valor pago, este foi considerado a débito da rubrica Estado e Outros Entes Públicos na data do pagamento.

Perante o exposto, o Conselho de Administração entendeu considerar no apuramento do imposto sobre o rendimento, referente ao ano de 2017, os prejuízos fiscais de 2010, no valor de 370.511,69€.

Decorrente desta situação, e após entrega da declaração de rendimentos de 2017, veio a autoridade tributária, corrigir o apuramento do imposto, não aceitando os prejuízos fiscais atrás referidos, enviando uma liquidação adicional que a empresa pagou em 04-09-2019, no valor de 81.666,56 €. Este valor foi, à semelhança do acréscimo de IRC 2016, considerado a débito da rubrica Estado e Outros Entes Públicos, por ser convicção da empresa de que o valor será para receber.

Entende a empresa que tem razão no que diz respeito à dedução dos prejuízos fiscais de 2016 e 2017, pelo que decidiu, dar seguimento aos procedimentos de impugnação dos respetivos atos tributários, estando a aguardar, neste momento, o decorrer dos processos.

12. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Subsídios à exploração” apresentava a seguinte composição:

Subsídios à Exploração

SNC	2020	2019
75 Contratos Programa	€ 700.687,00	€ 614.526,00
Inst. Emprego e Formação Profissional	€ 16.894,92	€ 23.066,10
	€ 717.581,92	€ 637.592,10

Tabela 39 Subsídios à exploração

13. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Inventários

SNC		2020	2019
33	Matérias-primas		
	Matérias-primas de água	€ 187.299,56	€ 199.475,55
	Matérias-primas de eletricidade	€ 3.996,05	€ 4.226,80
	Matérias-primas de saneamento	€ 38.831,18	€ 37.892,34
	Matérias-primas de serralharia	€ 1.167,97	€ 734,07
	Matérias-primas de parques e jardins	€ 79.355,67	€ 69.131,82
	Matérias-primas de resíduos sólidos	€ 25.310,54	€ 30.499,75
	Matérias subsidiárias		
	Matérias subsidiárias	€ 3.930,05	€ 3.708,13
	Combustíveis e lubrificantes	€ 25.157,09	€ 13.914,73
	Materiais diversos		
	Materiais de consumo	€ 17.582,38	€ 16.736,32
	Economato - material de escritório	€ 5.874,89	€ 7.282,33
	Economato - material de limpeza	€ 4.045,91	€ -
	EPI's (Eq. Proteção e Vestuário)	€ 16.200,32	€ 8.577,06
	Perdas por imparidade acumuladas	€ (35.407,03)	€ (36.779,59)
	Total	€ 373.344,58	€ 355.399,31

Tabela 40 Inventários

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, que incluem, o preço de compra, impostos não dedutíveis, custos de transporte e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens e materiais, deduzidos dos descontos comerciais, é detalhado conforme se segue:

CMVMC

SNC		2020	2019
61	CMVMC		
	Mercadorias		
	Compras	€ 446.186,78	€ 444.592,30
	Subtotal	€ 446.186,78	€ 444.592,30
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
	Saldo inicial	€ 392.178,90	€ 320.196,05
	Compras	€ 365.015,11	€ 397.308,49
	Regularizações	€ (124.209,05)	€ (84.468,38)
	Saldo final	€ (408.751,60)	€ (392.178,90)
	Subtotal	€ 224.233,36	€ 240.857,26
	Total	€ 670.420,14	€ 685.449,56

Tabela 41 CMVMC



Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é detalhada conforme se segue:

Perdas por imparidade

SNC		2020	2019
339	Saldo inicial	€ 36.779,59	€ 40.749,92
	Aumentos	€ (1.372,56)	€ (3.970,33)
	Saldo final	€ 35.407,03	€ 36.779,59

Tabela 42 Perdas por imparidade

No ano de 2010, com a introdução da NCRF 18 – Inventários, esta norma veio preconizar que os ativos que constituíam a rubrica de inventários deviam ser expressos em Balanço pela quantia mais baixa entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido.

Nessa situação a norma exigia o reconhecimento de um ajustamento (Imparidade) à quantia previamente escriturada.

Em 2020, a empresa manteve o critério do reconhecimento de um ajustamento (imparidade), para os materiais que não têm movimento. Para estes, a empresa considera que não têm qualquer valor de mercado, sendo por isso, o seu valor realizável líquido igual a zero.

14. ATIVOS FINANCEIROS

Clientes e outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, as rubricas de clientes e outros créditos a receber da Empresa, apresentavam a seguinte composição:

Cientes

SNC	2020	2019
21 Cientes		
Clientes conta corrente	€ 1.729.498,47	€ 1.496.042,33
Clientes de cobrança duvidosa	€ 863.260,83	€ 724.710,27
Imparidade acumulada	€ (863.260,83)	€ (724.710,27)
Total	€ 1.729.498,47	€ 1.496.042,33

Outros créditos a receber

SNC	2020	2019
272/278 Outros créditos a receber	€ 10.005.603,66	€ 9.319.447,30
228 Adiantamentos a fornecedores	€ 72.349,74	€ 74.106,74
Total	€ 10.077.953,40	€ 9.393.554,04

Tabela 43 Cientes e outros créditos a receber
Outros créditos a receber

SNC	2020	2019
228 Adiantamentos a fornecedores:		
Adiantamentos a fornecedores	€ 72.349,74	€ 74.106,74
	€ 72.349,74	€ 74.106,74
2721 Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Acréscimos de faturação de água	€ 462.435,25	€ 465.878,26
Município da Covilhã - Contratos de gestão	€ 7.374.345,00	€ 6.673.658,00
Prestação de contrato	€ 2.145.000,00	€ 2.145.000,00
Outros	€ 1.050,25	€ 11.137,88
	€ 9.982.830,50	€ 9.295.674,14
278 Outros devedores:		
Outros	€ 22.773,16	€ 23.773,16
	€ 22.773,16	€ 23.773,16
Total	€ 10.077.953,40	€ 9.393.554,04

Tabela 44 Outros créditos a receber

No decurso do exercício findo em 2020, foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de 138.550,56 € (em 2019, foram contabilizadas e reconhecidas, imparidades líquidas no valor de 41.663,78 €).

15. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:



Diferimentos Ativos

SNC	2020	2019
28 Seguros	€ 20.188,39	€ 18.184,83
Livros e documentação técnica	€ -	€ 105,66
Rendas e alugueres	€ 451,42	€ -
Total	€ 20.639,81	€ 18.290,49

Tabela 45 Diferimentos ativos

16. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2020, o valor do capital subscrito da ADC – Águas da Covilhã, E.M., era de 9.000.000 €, sendo 51% deste valor pertencente à Entidade Pública Participante, ICOVI – Infraestruturas da Covilhã, E.M. (detida em 100% pelo Município da Covilhã), e os restantes 49% pertencentes à Entidade Privada Participante, WATER VALUE – Serviços Ambientais, SA.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as outras reservas apresentavam o montante de 1.172.141,82 €, resultantes da reserva criada aquando da cisão simples, da ADC – Águas da Covilhã, E.M. para a ICOVI – Infraestruturas da Covilhã, E.M.

Foi criada, com base no resultado líquido obtido no final do exercício de 2020, uma reserva legal, de acordo com a legislação em vigor, e, deliberação do conselho de administração, no montante de 14.899,73 €.

17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é detalhada conforme se segue:

Provisões

SNC	2020	2019
29 Outras provisões:		
Saldo inicial	€ 5.145,64	€ 4.735,44
Aumentos	€ 442,41	€ 410,20
Saldo final	€ 5.588,05	€ 5.145,64
Total	€ 5.588,05	€ 5.145,64

Tabela 46 Provisões

O valor de 5.588,05 € a 31 de dezembro de 2020 diz respeito a outras provisões (5.145,64 € em 2019).

18. PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 as rubricas de “Fornecedores” apresentavam a seguinte composição:

Fornecedores			
SNC		2020	2019
221	Fornecedores c/c	€ 3.377.160,32	€ 2.716.858,14
225	Fornecedores com faturas em conferência	€ 906.978,02	€ 908.063,16
Total		€ 4.284.138,34	€ 3.624.921,30

Tabela 47 Fornecedores

Financiamentos obtidos

O saldo dos financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, são detalhados conforme se segue:

Financiamentos obtidos			
SNC		2020	2019
251	Instituições financeiras:		
	Empréstimos bancários a M/L prazo		
	Corrente	€ 1.582.535,20	€ 1.578.973,37
	Não Corrente	€ 2.355.154,40	€ 3.270.778,86
		€ 3.937.689,60	€ 4.849.752,23
253	Outras entidades:		
	Water Value - Serviços Ambientais, SA	€ 2.000.000,00	€ 2.000.000,00
		€ 2.000.000,00	€ 2.000.000,00
Total		€ 5.937.689,60	€ 6.849.752,23

Financiamentos obtidos			
SNC		2020	2019
251/253	Financiamentos obtidos		
	Corrente	€ 1.582.535,20	€ 1.578.973,37
	Não Corrente	€ 4.355.154,40	€ 5.270.778,86
		€ 5.937.689,60	€ 6.849.752,23

Tabela 48 Financiamentos obtidos

O valor de 4.355.154,40 € apresentado como passivo não corrente, está deduzido das amortizações a pagar durante o ano de 2020, (valor apresentado em passivo corrente) e respeita à contratação de três empréstimos bancários de médio prazo, contraídos, um com o Santander no montante de

3.500.000 € (deduzido do valor de 30.100 € por via da contabilização ao custo amortizado), outro com o Millennium BCP no valor de 600.000 € (disponibilizados os restantes 210.000 € no final de 2019 e deduzido de 6.720 € por via da contabilização ao custo amortizado), e outro com o BPI cujo saldo à data de 31 de dezembro de 2020 era de 1.879.057,87 € (deduzido a este valor as amortizações a pagar em 2020 no montante de 654.000,00 €).

Aquele montante inclui ainda 2.000.000 € respeitantes aos suprimentos da WATER VALUE – Serviços Ambientais, SA. efetuado aquando da aquisição dos 49% do capital social desta empresa.

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, A FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica “Outras dívidas a pagar” apresentava em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os seguintes valores:

Outras Dívidas a Pagar

SNC	2020	2019
2722 Credores por acréscimos de gastos:		
Subsídio de Férias e Natal (Pessoal)	€ 160.020,00	€ 160.020,00
Esimativa de Férias e Subsídio de Férias	€ 345.325,30	€ 320.531,23
Juros a liquidar	€ 140.986,51	€ 108.634,56
Assistência técnica de gestão	€ 2.145.000,00	€ 2.145.000,00
Outros	€ 2.328.870,18	€ 1.899.992,20
	€ 5.120.201,99	€ 4.634.177,99
Outras dívidas a pagar:		
2711/278 Outros credores	€ 105.465,47	€ 162.295,39
	€ 105.465,47	€ 162.295,39
Total	€ 5.225.667,46	€ 4.796.473,38

Tabela 49 Outras dívidas a pagar

20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

À data do relato, não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos, e em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:


Estado e Outros Entes Públicos

SNC	2020		2019	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
24 Estado e Outros Entes Públicos				
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Imposto a recuperar/pagar	€ 337.871,70		€ 266.132,81	€ (35.456,16)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		€ (15.948,32)		€ (14.206,86)
Imposto sobre o valor acrescentado	€ 16.527,96		€ 10.994,05	€ (2.444,21)
Contribuições para a Segurança Social		€ (52.040,79)		€ (45.538,86)
Outros Impostos	€ 44.144,04	€ (40.831,01)	€ 80.820,57	€ (59.686,34)
Total	€ 398.543,70	€ (108.820,12)	€ 357.947,43	€ (157.332,43)

Tabela 50 Estado e outros entes públicos

Do valor de 398.543,70 € apresentado no ativo do Balanço, 264.297,92 € respeitam ao IRC (182.631,36 € do IRC 2016 e 81.666,56 € do IRC 2017), por correção pela autoridade tributária, da dedução dos prejuízos fiscais do ano de 2009 e 2010 respetivamente, efetuados pela ADC – Águas da Covilhã, EM, tendo sido já apresentada impugnação do ato tributário.

21. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, as rubricas do passivo corrente “Diferimentos”, apresentavam os seguintes valores:

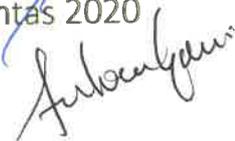
Diferimentos Passivos

SNC	2020	2019
28 IEFP (Comparticipação apoio aos estágios)	€ -	€ 1.446,77
Total	€ -	€ 1.446,77

Tabela 51 Diferimentos passivos
22. RÉDITO

A gestão e operacionalidade da ADC – Águas da Covilhã, E.M., estão estruturadas em três áreas de negócio, designadamente, Água, Saneamento e Resíduos Sólidos, obtendo ainda esta empresa, réditos relacionados com outras prestações de serviços não especificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o rédito reconhecido pela Empresa, é detalhado conforme se segue:


Vendas e Prestações de Serviços

SNC		2020	2019	Variação %
71	Vendas:			
	Água	€ 2.510.804,25	€ 2.584.432,66	-2,85%
	Descontos e Abatimentos	€ (8.358,63)	€ (7.513,82)	11,24%
72	Prestações de Serviços			
	Água	€ 2.412.736,93	€ 2.440.073,27	-1,12%
	Saneamento	€ 4.249.999,84	€ 4.364.273,66	-2,62%
	Resíduos Sólidos	€ 1.737.297,26	€ 1.784.911,17	-2,67%
	Serviços Diversos Prestados	€ 8.767,57	€ 9.077,29	-3,41%
	Descontos e Abatimentos	€ (26.411,03)	€ (25.443,78)	3,80%
	Outras Prestações de Serviços	€ 89.449,65	€ 121.108,51	-26,14%
	Total	€ 10.974.285,84	€ 11.270.918,96	

Tabela 52 Vendas e prestações de serviços
Vendas e Prestações de Serviços por setor de atividade

SNC		2020	2019	Variação %
71/72	Vendas e Prestações de Serviços:			
	Água	€ 4.923.541,18	€ 5.024.505,93	-2,01%
	Saneamento	€ 4.249.999,84	€ 4.364.273,66	-2,62%
	Resíduos Sólidos	€ 1.737.297,26	€ 1.784.911,17	-2,67%
	Serviços Diversos Prestados	€ 8.767,57	€ 9.077,29	-3,41%
	Descontos e Abatimentos	€ (34.769,66)	€ (32.957,60)	5,50%
	Outras Prestações de Serviços	€ 89.449,65	€ 121.108,51	-26,14%
	Total	€ 10.974.285,84	€ 11.270.918,96	

Tabela 53 Vendas e prestações de serviços por setor de atividade

A análise gráfica abaixo demonstra a evolução das vendas e prestações de serviços nos anos 2020 e 2019:

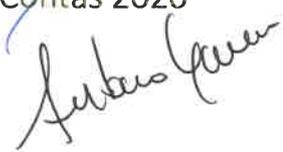
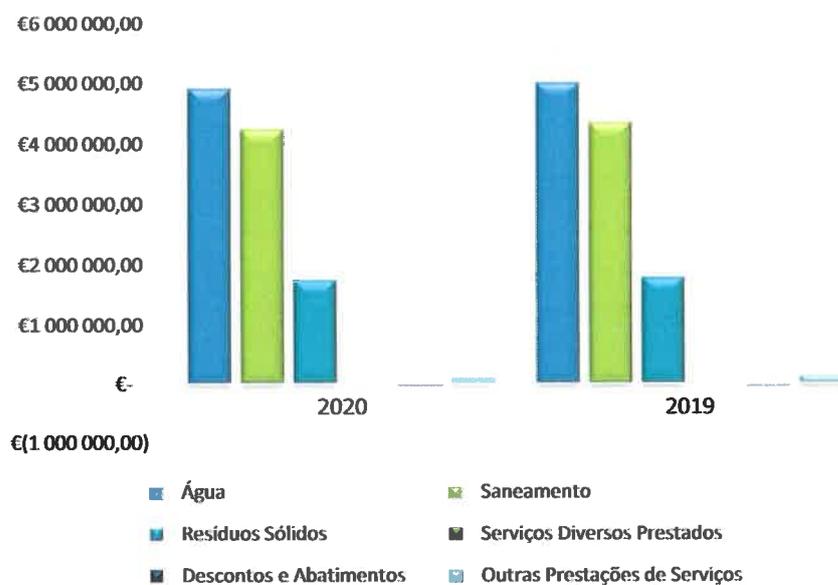



Gráfico 24 Evolução das vendas e prestações de serviços

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e Serviços Externos

SNC	2020	2019	Variação %	Variação Absoluta
621 Subcontratos	€ 4.784.237,73	€ 4.753.235,66	0,65%	€ 31.002,07
6221 Trabalhos Especializados	€ 746.318,49	€ 743.872,63	0,33%	€ 2.445,86
6222 Publicidade e Propaganda	€ 15.573,15	€ 32.051,80	-51,41%	€ (16.478,65)
6224 Honorários	€ 29.800,00	€ 27.000,00	10,37%	€ 2.800,00
6225 Comissões	€ 54.888,49	€ 53.503,34	2,59%	€ 1.385,15
6226 Conservação e Reparação	€ 130.965,47	€ 127.729,35	2,53%	€ 3.236,12
6228 Outros	€ 8.811,68	€ 9.380,63	-6,07%	€ (568,95)
6231 Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	€ 16.762,35	€ 19.472,77	-13,92%	€ (2.710,42)
6232 Livros e Documentação Técnica	€ 258,49	€ 231,13	11,84%	€ 27,36
6233 Material de Escritório	€ 6.247,95	€ 9.619,86	-35,05%	€ (3.371,91)
6234 Artigos para Oferta	€ -	€ 2.978,35	-100,00%	€ (2.978,35)
6241 Eletricidade	€ 152.666,37	€ 165.693,75	-7,86%	€ (13.027,38)
6242 Combustíveis	€ 118.285,17	€ 126.447,01	-6,45%	€ (8.161,84)
6248 Outros	€ 5.907,59	€ 5.759,58	2,57%	€ 148,01
6251 Deslocações e Estadias	€ 2.064,08	€ 6.173,04	-66,56%	€ (4.108,96)
6253 Transportes de Mercadorias	€ 3.138,71	€ 2.430,26	29,15%	€ 708,45
6261 Rendas e Alugueres	€ 463.727,27	€ 486.714,58	-4,72%	€ (22.987,31)
6262 Comunicação	€ 27.640,29	€ 32.177,07	-14,10%	€ (4.536,78)
6263 Seguros	€ 45.370,72	€ 43.250,91	4,90%	€ 2.119,81
6265 Contencioso e Notariado	€ 2.918,28	€ 5.286,60	-44,80%	€ (2.368,32)
6267 Limpeza, Higiene e Conforto	€ 46.469,22	€ 34.685,28	33,97%	€ 11.783,94
6268 Outros Serviços	€ 13.282,18	€ 9.577,56	38,68%	€ 3.704,62
Total	€ 6.675.333,68	€ 6.697.271,16	-0,33%	€ (21.937,48)

Tabela 54 Fornecimentos e serviços externos

24. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, é detalhada conforme se segue:

Gastos com o Pessoal

SNC	2020	2019
63 Remunerações dos órgãos sociais	€ 112.857,90	€ 59.567,81
Remunerações do pessoal	€ 2.046.584,67	€ 1.921.096,20
Benefícios pós-emprego	€ 5.030,22	€ 5.860,90
Encargos sobre remunerações	€ 510.843,77	€ 473.365,26
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	€ 72.391,97	€ 47.467,96
Custos de ação social	€ 80.374,85	€ 71.086,34
Outros gastos com o pessoal	€ 30.082,03	€ 14.266,84
Total	€ 2.858.165,41	€ 2.592.711,31

Tabela 55 Gastos com o pessoal

O número de colaboradores da empresa à data de 31 de dezembro de 2020 era de 149. O Conselho de Administração era composto por 3 administradores, sendo que, só dois administradores eram remunerados pela ADC – Águas da Covilhã, EM.

Em 2019, existiam 141 colaboradores e o Conselho de Administração era composto por 3 administradores, dos quais 2 executivos.

N.º Médio de Colaboradores

SNC		2020	2019
63	Membros do Conselho de Administração	3	3
	N.º médio de colaboradores	144	141
	N.º de colaboradores no fim do período	149	141

Tabela 56 N.º médio de colaboradores

N.º Médio Pessoas / Horas Trabalhadas

SNC		2020	2019
63	Pessoal ao serviço da empresa:		
	N.º médio de pessoas remuneradas ao serviço da empresa	144	141
	N.º horas trabalhadas	4 730	4 631
	Pessoal ao serviço da empresa por tipo horário:		
	Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	149	141
	Pessoal ao serviço da empresa por sexo:		
	Homens	131	123
	Mulheres	18	18

Tabela 57 N.º médio de pessoas / horas trabalhadas

25. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIações

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é conforme se segue:

Depreciações e Amortizações

SNC		2020	2019
64	Ativos fixos tangíveis	€ 970.872,93	€ 971.169,70
	Ativos Intangíveis	€ 22.067,25	€ 16.488,22
	Total	€ 992.940,18	€ 987.657,92

Tabela 58 Depreciações e amortizações

26. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é conforme se segue:

Outros Rendimentos e Ganhos

SNC		2020	2019
78	Rendimentos suplementares:		
	Recuperação de custos (ICOVI, EEM)	€ 22.939,92	€ 22.939,92
	Recuperação de custos (Resiestrela, SA)	€ 33.626,52	€ 33.626,52
	Microgeração de Energia	€ 7.863,06	€ 15.299,97
	Receitas do Canil Municipal	€ 2.115,00	€ 2.623,00
	Venda de artigos de resíduos sólidos	€ 6.129,12	€ -
	Alienações de bens	€ 4.818,47	€ 6.240,00
	Outros rendimentos suplementares	€ 24.591,84	€ 85.833,47
	Total	€ 102.083,93	€ 166.562,88

Tabela 59 Outros rendimentos e ganhos

27. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é conforme se segue:

Outros Gastos e Perdas

SNC		2020	2019
68	Impostos	€ 13.068,48	€ 14.533,63
	Perdas em inventários	€ 11.541,06	€ 10.601,21
	Abates	€ 1.691,00	€ 245,53
	Outros gastos e perdas	€ 17.221,25	€ 27.799,93
	Total	€ 43.521,79	€ 53.180,30

Tabela 60 Outros gastos e perdas

28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS E JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os gastos e perdas de financiamento, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são detalhados conforme se segue:

Gastos de financiamento

SNC		2020	2019
691	Empréstimo BPI	€ 38.460,28	€ 58.083,84
	Empréstimo AGS	€ 33.360,00	€ 34.219,98
	Empréstimo Santander	€ 20.071,72	€ 28.862,02
	Empréstimo Millennium BCP	€ 9.531,04	€ 10.289,36
	Outros	€ 5.679,07	€ 7.663,24
	Total	€ 107.102,11	€ 139.118,44

Tabela 61 Gastos de financiamento

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são detalhados conforme se segue:

Juros obtidos

SNC		2020	2019
791	De mora (Faturação da água)	€ 7.299,43	€ 13.813,51
	De prestação de acordos (Faturação da água)	€ 944,86	€ 1.080,62
	Total	€ 8.244,29	€ 14.894,13

Tabela 62 Juros obtidos

29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Situação perante a Autoridade Tributária e Aduaneira

Informa-se que a ADC – Águas da Covilhã, EM não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7 de novembro.

Situação perante a Segurança Social

Informa-se também que a situação da ADC – Águas da Covilhã, EM perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009 de 16 de setembro.

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Não se verificaram nenhuma das situações contempladas nesta disposição legal.



30. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios atribuídos pelo governo são reconhecidos de acordo com os montantes financeiros recebidos. Assim os subsídios ao investimento, são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional à depreciação dos ativos fixos subsidiados, conforme descrito abaixo:

Subsídios

SNC	2020	Imputação	2019
593 Subsídios relacionados com ativos:			
POA - Programa Operacional do Ambiente	€ 395.334,47	€ (15.014,40)	€ 410.348,87
POSEUR 2020	€ 13.159,39	€ (1.167,95)	€ -
Total	€ 408.493,86	€ (16.182,35)	€ 410.348,87

Tabela 63 Subsídios

31. GARANTIAS

A empresa tem à sua guarda valores prestados por fornecedores (empregadores), que se encontravam devidamente evidenciados a 31 de dezembro de 2020, nas suas demonstrações financeiras.

Garantias

SNC	2020
2785 Garantias retidas a fornecedores por boa execução de empreitadas	€ 53.786,86
Total	€ 53.786,86

Tabela 64 Garantias

32. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

33. INFORMAÇÃO ADICIONAL COVID-19

Na sequência do desenvolvimento da infeção epidemiológica por COVID-19 desde dezembro de 2019, no ano de 2020, o Conselho de Administração da ADC agilizou práticas, e elaborou planos de contingência, que incluíram medidas suscetíveis de minimizar os riscos associados ao desenvolvimento da mesma ao nível de Pandemia.

Considerando os desenvolvimentos recentes, existe muita incerteza sobre o desenvolvimento da situação, mas à data atual informa-se que a atividade da empresa não vai ser interrompida. No entanto, dada a incerteza, a ADC não está em condições de fornecer informação económica e financeira sobre o impacto da pandemia nos gastos e rendimentos da empresa.

Em 2021, a ADC continuará a aplicar os planos de contingência, associados às condições da evolução da pandemia Covid-19, assegurando o pleno cumprimento das orientações da DGS e o equilíbrio económico e financeiro sustentável das suas contas, conseguindo com esforço adicional de manutenção da maior contenção dos gastos, garantir o objetivo fundamental, da melhor e mais eficiente prestação de serviços aos seus consumidores.

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 10 de março de 2021.

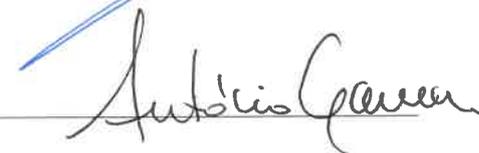
O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração









CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, E.M.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 30.288.981 euros e um total de capital próprio de 14.727.077 euros, incluindo um resultado líquido de 297.995 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, E.M** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

1

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Ênfases

As compensações indemnizatórias incluídas nos instrumentos previsionais e previstas no acordo parassocial relativas aos anos de 2010, 2012 a 2020 no montante de 7.374.345 euros ainda não foram aprovadas pela Assembleia Municipal da Covilhã, o que origina incerteza quanto ao seu recebimento.

Ao longo dos últimos anos foram acrescentados gastos com consultadoria e assessoria que ascendiam em 31-12-2020 ao montante acumulado de 4.436 milhares de euros, dos quais 2.145 milhares de euros a ser compensados com acréscimos de rendimentos de igual montante atribuídos pelo Município da Covilhã à empresa. Até à data ainda não foi emitida documentação de suporte adequada à regularização daqueles montantes e a mesma está pendente do acordo dos sócios.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentos aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

2

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar um distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova da auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos



que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representem as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, no âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Covilhã, 15 de março de 2021

CRUZ MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Registada na CMVM sob o nº 20161596

Representada por João Alberto Cruz Martins, ROC nº 735



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar o relatório da nossa atividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas da **ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, E.M.** referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2. No desempenho das funções de fiscal único acompanhámos a actividade desenvolvida pela empresa, sobretudo através das actas das reuniões do conselho de administração e dos contactos com os respectivos membros, e efectuámos os procedimentos julgados necessários ao exercício das nossas funções, bem como da observância da lei e dos estatutos.

3. Durante o exercício verificámos, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte. Os critérios valorimétricos utilizados na prestação de contas estão em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis e encontram-se adequadamente evidenciados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Analisámos os documentos de prestação de contas preparados em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística bem como o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que os mesmos possibilitam uma adequada compreensão da situação financeira da empresa em 31 de dezembro de 2020, bem como do modo como se desenrolaram as actividades e se formou o resultado do período acima referido.

5. Elaborámos a certificação legal das contas decorrente do exame efectuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste relatório.



6. Face ao que antecede, somos de parecer que:

- a) O Relatório e as Contas do exercício de 2020 apresentadas pelo Conselho de Administração devem ser aprovados;
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração deve ser aprovada.

Por fim, expressamos o nosso agradecimento aos serviços da ADC por toda a colaboração recebida.

Covilhã, 15 de março de 2021

CRUZ MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Registada na CMVM sob o nº 20161596

Representada por João Alberto Cruz Martins, ROC nº 735